

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THYAGO FRIZZO LOPES

**RELAÇÕES ENTRE EUA E CHINA SOB O PRISMA DE TAIWAN: INDICADORES,
VARIÁVEIS E CENÁRIOS**

Porto Alegre

2024

THYAGO FRIZZO LOPES

**RELAÇÕES ENTRE EUA E CHINA SOB O PRISMA DE TAIWAN: INDICADORES,
VARIÁVEIS E CENÁRIOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Lopes, Thyago Frizzo
Relações entre EUA e China sob o Prisma de Taiwan:
Indicadores, Variáveis e Cenários / Thyago Frizzo
Lopes. -- 2024.
81 f.
Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Relações Estados Unidos e China. 2. Taiwan. 3.
Polarização. 4. Construção de Cenários. 5. Leste
Asiático. I. Martins, José Miguel Quedi, orient. II.
Título.

THYAGO FRIZZO LOPES

**RELAÇÕES ENTRE EUA E CHINA SOB O PRISMA DE TAIWAN: INDICADORES,
VARIÁVEIS E CENÁRIOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 6 de Fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador

UFRGS

Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz Pereira

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

*Aos meus pais,
Rodrigo e Melissa,*

Pela construção e sustentação de quem eu sou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à República Federativa do Brasil, que na figura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul me proporcionou o acesso ao ensino superior e uma formação acadêmica de excelência. O investimento na educação pública é o imperativo para o desenvolvimento nacional, e espero poder contribuir à altura do que me foi concedido.

Ao Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, que além de toda a paciência e dedicação prestada durante o processo de escrita deste trabalho, foi formador basilar da minha compreensão das Relações Internacionais. Sua forma de organizar ideias e sua infindável dedicação à posição de professor são inspirações que permanecerão comigo para sempre.

Ao Prof. Dr. Paulo Visentini por sua contribuição imensurável ao campo das Relações Internacionais através de suas obras e de seu trabalho como professor e idealizador do curso na UFRGS, é uma honra tê-lo como examinador deste trabalho.

À Prof^ª. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, que esteve na minha formação desde o primeiro dia de graduação e contribuiu imensamente para minha compreensão das dinâmicas de poder no mundo. Sua dedicação como professora é inequívoca, é uma honra tê-la como examinadora deste trabalho.

Ao Prof. João Gabriel Burmann e ao amigo Lucas Lixinski, que contribuíram para o trabalho com importantes sugestões e revisões, obrigado pela atenção, parceria e esforço.

À Oficina de Estudos Estratégicos, atividade da PROEXT, e aos amigos que através de debates e frutíferos estímulos intelectuais propulsionaram meus interesses pela análise de conjuntura internacional, nominalmente: Cláudio Faes, João Gabriel Birck e Rafael Firme.

Aos amigos das turmas 17 e 18, que tive o prazer de compartilhar o período da graduação e me concederam ensinamentos equivalentemente valiosos às disciplinas do curso, especialmente àqueles que me acompanharam e apoiaram de perto: Gabriela Bonness, Larissa Pires, Lucas Isdra, Lucca Medeiros, Mariana Missiaggia, Mirella Vargas, Natan Schumann, Rafael Both e Vítor Oliveira.

À minha mais duradoura e estrutural amiga, Luísa Andriotti, com quem compartilho meus entusiasmos desde tempos imemoriais, e quem acompanhou meu crescimento pessoal por inúmeras fases. À Isabela Grasselli, que acompanhou o processo de escrita diariamente e me apoiou irremediavelmente, se fazendo presente em cada página deste trabalho.

Por fim, agradeço aos meus pais, Rodrigo Lopes e Melissa Lopes, cujo suporte não consigo mensurar. Sua infinita dedicação em apoiar todas as minhas decisões foi o que me garantiu dar cada passo na minha vida. Muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho descreve, analisa e sistematiza as relações entre Estados Unidos (EUA) e China utilizando Taiwan como interface de interação, devido à sua importância política, econômica e estratégica para os dois países. O fim da unipolaridade, as políticas de contenção da China e o retorno da competição entre as Grandes Potências propiciou a criação de uma nova situação internacional: de instabilidade e transição para a multipolaridade. O trabalho, assim, investiga fatores que incidem sobre a polarização do Sistema Internacional a partir das relações no Leste Asiático. O objetivo da pesquisa é compreender se EUA e China estão fadados à confrontação devido ao acirramento da competição na Economia Política e na Segurança Internacional. A hipótese da pesquisa sustenta que não estão, havendo pelo menos outros dois caminhos para a transição multipolar. Para testar a hipótese, utiliza-se o método de construção de cenários para elencar variáveis e indicadores que incidem sobre as relações entre China e EUA. A partir deles, são construídos cenários prospectivos que ilustram três caminhos para a polarização do Sistema Internacional. Primeiro, a multipolaridade institucionalizada, através do engajamento entre China e Leste Asiático. Segundo, a manutenção da competição, a multipolaridade instável e assimétrica. Terceiro, o rompimento do equilíbrio: uma guerra envolvendo Taiwan. A partir deles, são retiradas conclusões para o Brasil, para a semi-periferia, e para as relações entre EUA e China. Ademais, são feitas considerações acerca do estabelecimento da Estabilidade Estratégica na multipolaridade, que necessita de uma confluência entre as áreas da Economia Política, Segurança Internacional e Instituições Políticas.

Palavras-chave: Relações Estados Unidos e China. Taiwan. Leste Asiático. Polarização. Construção de Cenários. Estabilidade Estratégica.

ABSTRACT

This paper describes, analyzes and systematizes the relations between the United States (USA) and China using Taiwan as an interface of interaction, due to its political, economic and strategic importance to both countries. The end of unipolarity, containment policies towards China, and the return of the competition between Great Powers have created a new international situation characterized by instability and the transition towards multipolarity. The paper investigates factors influencing the polarization of the International System based on relations in East Asia. The research aims to understand if the US and China are destined for confrontation due to heightened competition in Political Economy and International Security. The research hypothesis argues that they are not, as there are at least two other paths towards multipolar transition. To test the hypothesis, the scenario-building method is employed to identify variables and indicators affecting US-China relations. Prospective scenarios are therefore constructed, illustrating three paths for the polarization of the International System. First, institutionalized multipolarity through engagement between China and East Asia. Second, the maintenance of competition, an unstable and asymmetric multipolarity. Third, the disruption of balance: a war involving Taiwan. Conclusions are drawn for Brazil, the semi-periphery, and US-China relations. Additionally, considerations are made regarding the establishment of Strategic Stability in the multipolarity, requiring a convergence between Political Economy, International Security and Political Institutions.

Keywords: US-China Relations. Taiwan. East Asia. Polarization. Scenario-building. Strategic Stability.

NOTA DE TRANSLITERAÇÃO

Neste trabalho, a grafia de nomes chineses foi feita na transliteração Pinyin, adotada pelo governo da República Popular da China e também em Taiwan. Por isso utiliza-se, por exemplo, Guomindang para se referir ao Kuomintang e Jiang Jieshi para se referir a Chiang Kai-Shek. Na primeira vez que estes nomes aparecem, são colocados em parênteses os nomes do sistema antigo (Wade-Giles) a fim de reconhecê-los.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização das Ilhas Jinmen (Kinmen) e Mazu (Matsu).....	19
Figura 2 - Ilhas Ryukyu, arquipélago que conecta o Japão a Taiwan.....	31
Figura 3 - Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas vista a partir da China.....	33
Quadro 1 - Sistematização de Variáveis e Indicadores sobre as interações entre EUA e China no Leste Asiático.....	37
Quadro 2 - Sistematização dos Cenários e Variáveis.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2/AD	Anti-Access/Area-Denial (Anti-Acesso/Negação de Área)
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BID	Base Industrial de Defesa
BRI	Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative)
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GMD	Partido Nacionalista Chinês (Guomindang)
ICBM	Míssil Balístico Intercontinental (Intercontinental Ballistic Missile)
OCX	Organização para a Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCCh	Partido Comunista da China
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDP	Partido Democrático Progressista
PIB	Produto Interno Bruto
RCEP	Regional Comprehensive Economic Partnership
RoC	República da China (Taiwan)
RPC	República Popular da China (China)
SI	Sistema Internacional
SLBM	Míssil Balístico Lançado de Submarino
SMIC	Semiconductor Manufacturing International Corporation
SWIFT	Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais
TSMC	Taiwan Semiconductor Manufacturing Company
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. TAIWAN NO CENTRO DAS INTERAÇÕES ENTRE CHINA E EUA NA ÁSIA.....	17
2.1 RELAÇÕES INTERESTREITO NO SÉCULO XX (CONDICIONANTES HISTÓRICO-POLÍTICOS).....	17
2.2 MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (CONDICIONANTES SECURITÁRIOS).....	22
2.3 CONDICIONANTES ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS.....	25
2.4 CONDICIONANTES HISTÓRICOS E GEOESTRATÉGICOS.....	30
2.5 REFLEXÕES PRELIMINARES: TAIWAN NO CENTRO DA POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA CHINA E DOS ESTADOS UNIDOS.....	35
3. VARIÁVEIS E INDICADORES SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE CHINA E EUA NO LESTE ASIÁTICO.....	36
3.1 MÉTODOS UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS.....	36
3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E INDICADORES.....	38
3.2.1 Economia Política.....	38
3.2.2 Segurança Internacional.....	42
3.2.3 Instituições Políticas.....	47
4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA A POLARIZAÇÃO A PARTIR DO LESTE ASIÁTICO.....	52
4.1 CENÁRIO OTIMISTA (RETOMADA DO ENGAJAMENTO).....	53
4.2 CENÁRIO INTERMEDIÁRIO (MANUTENÇÃO DA COMPETIÇÃO).....	56
4.3 CENÁRIO PESSIMISTA (CONFLAGRAÇÃO EM TAIWAN).....	58
5. CONCLUSÃO.....	64
5.1 DECISÕES DOMÉSTICAS DOS EUA.....	65
5.2 CAPACIDADE DA CHINA DE ASSUMIR A AGENDA DA INTEGRAÇÃO.....	67
5.3 O DESFECHO DAS GUERRAS EXTRARREGIONAIS.....	70
REFERÊNCIAS.....	72

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa e descreve as relações entre China e Estados Unidos a partir do Leste Asiático, e sob o prisma de Taiwan elenca indicadores e variáveis para a construção de cenários prospectivos que ilustram a polarização¹ do Sistema Internacional. Observa-se, de antemão, um período de transição de polaridade na balança de poder internacional: da unipolaridade americana, que foi afundada pelas suas próprias decisões estratégicas, para a multipolaridade, ou a volta da competição entre as Grandes Potências, conforme reconhecido pela National Defense Strategy dos EUA de 2018 (EUA, 2018). O trabalho observa, através de Taiwan, as manifestações da competição entre China e Estados Unidos, e assim elenca fenômenos para sua compreensão e acompanhamento.

Quanto à polaridade do SI, toma-se como base a tipologia de Raymond Aron (1986), que caracteriza três tipos de Equilíbrio Internacional: unipolar, bipolar ou multipolar. Cabe ressaltar que todo equilíbrio é híbrido, isto é, mesmo em um sistema unipolar, haverão balanças regionais multipolares, como foi o caso da Ásia e do Oriente Médio durante o período de unipolaridade americana. Dessa forma, sendo a multipolaridade a forma dominante identificada no equilíbrio internacional, continuarão havendo resíduos de unipolaridade em algumas esferas da competição entre as Grandes Potências, como na capacidade de projeção de força global e a influência sobre o sistema financeiro internacional – SWIFT², FMI, Banco Mundial – nas quais os Estados Unidos indiscutivelmente permanecem com vantagens estrondosas frente a seus competidores.

Assim, este trabalho não discute a liderança futura do Sistema Internacional, mas explora as áreas de interação entre as Grandes Potências pelas quais a polarização é manifestada. Destarte, são analisados indicadores que estão contidos na Economia Política, na Segurança Internacional e nas Instituições Políticas, três esferas de interação entre China e Estados Unidos, que virtualmente afetam não só a balança de poder na Ásia, mas as Relações Internacionais como um todo.

A crise da unipolaridade estadunidense foi obra das decisões de diversos governos nos EUA em se manter em guerra por duas décadas no Grande Oriente Médio. É a partir deste

¹ Entende-se por polarização a conceitualização de Gilpin (1981, p. 43) de mudança de interações, padrões de alinhamento, amizades e inimizades entre Unidades do Sistema Internacional.

² SWIFT: Sociedade para as Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais, isto é, o sistema que realiza a maioria das transações interbancárias mundiais.

envolvimento militar que se condicionou o sobre-estiramento³ das linhas de suprimento americanas, o aumento dos gastos de custeio de tropas, a redução dos investimentos e a crise do seu sistema financeiro a partir de 2008. Como resultado, tem-se a retomada da competição entre as Grandes Potências, a partir da ascensão chinesa e da recuperação russa. As condições para definir uma Grande Potência utilizadas neste trabalho são de acordo com Cepik (2013, p. 309): um país precisa possuir 1. Capacidades estratégicas de segundo ataque, o que garante a dissuasão nuclear. 2. Comando do espaço, pela sua influência direta nas capacidades dos sistemas de comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, vigilância e reconhecimento (C4ISR). 3. Inexpugnabilidade, isto é, capacidades convencionais que tornem impossível para qualquer outro país sustentar uma invasão territorial e a derrocada da soberania do Estado.

Por essa definição, China, Rússia e Estados Unidos são identificados como Grandes Potências. Então, encara-se um sistema multipolar, que por natureza é assimétrico, e no qual a estabilidade deixa de ser unidimensional e passa a ser multidimensional. A partir dessa nova situação internacional, altera-se a compreensão acerca do conceito de Estabilidade Estratégica. Originalmente erigido na Guerra Fria, em um sistema bipolar de capacidades simétricas, sua concepção perpassava apenas a Segurança. Até então, a paz nos países do centro do SI seria garantida pela presença de três elementos: a) Forças convencionais robustas; isto é, a impossibilidade de obter definição em um conflito sem o emprego das armas nucleares. b) Vulnerabilidade nuclear; ou seja, risco de sofrer represália equivalente em caso de emprego nuclear. c) Guerra na periferia (Waltz, 1964), que faz simultaneamente as vezes de guerra substituta e reguladora – de forma a aferir estimativas sobre o desempenho das forças convencionais.

Porém, em um sistema multipolar, com suas inerentes assimetrias, faz-se necessário uma compreensão mais ampla de Estabilidade Estratégica⁴, que comporte as multidimensionalidades das interações e da competição entre as Grandes Potências. Assim, incorpora-se na análise as variáveis da Economia Política e das Instituições Políticas, nas quais a competição e a interação se dão ao lado da Segurança. O resultado desses processos

³ Sobre-estiramento é utilizado neste trabalho como uma tradução de “overstretch”, isto é, a vulnerabilidade estratégica resultante de compromissos estendidos e demanda de recursos que excedam a capacidade de uma nação, causando ineficiências e menores capacidades (Cordesman, 2007).

⁴ A mudança de compreensão acerca da Estabilidade Estratégica na multipolaridade é fruto de construção intelectual coletiva no âmbito da Oficina de Estudos Estratégicos (OEE), atividade de extensão da UFRGS. O autor agradece o Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins, principal responsável por apresentar e sustentar esta ideia, bem como os colegas Lucas Lixinski Arnhold e Rafael Firme pelo auxílio nessa construção.

pode ser a garantia da estabilidade ou, no caso da falta de consenso entre as variáveis, o rompimento com o equilíbrio: a guerra.

Essa é a análise que o trabalho propõe para as relações entre EUA e China sob o prisma de Taiwan, isto é, sua possibilidade de criar uma rede de relações estáveis e institucionalizadas, ou o acirramento da competição levar ao tensionamento das relações na região do Leste Asiático. Isso é realizado utilizando o método de construção de cenários de Heuer e Pherson (2011) e da Escola Superior de Guerra (ESG, 2009), que estabelece variáveis e indicadores que possam identificar as principais áreas de interação entre Estados Unidos e China.

No campo da Segurança Internacional, em um mundo multipolar, o equilíbrio nas forças convencionais e nucleares entre as Grandes Potências permanecem fatores de estabilidade. Porém, a incerteza quanto à produção de novas tecnologias de armas é um fator que tanto favorece a estabilidade quanto facultar erros de cálculo militar. Essas tecnologias são: mísseis hipersônicos, armas de energia direta, armas de energia cinética e *railguns*, ou canhões elétricos. Os hipersônicos podem causar erros de cálculo militar pela incerteza quanto à sua precisão e quanto aos sistemas de navegação empregados; ainda não se sabe o papel que a Inteligência Artificial terá na sua consecução. As armas de energia direta, armas de energia cinética e *railguns* são fontes de incerteza por não se ter estimativas da disrupção que elas podem causar frente aos atuais sistemas de armas. Essas incertezas geram inseguranças na tomada de decisão estratégica, o que favorece a possibilidade da irracionalidade na decisão do emprego da força.

O último fator da Segurança Internacional é que, no lugar das guerras na periferia – como as ocorridas no período da bipolaridade – as guerras agora se dão na semi-periferia. Este é o caso da Guerra da Ucrânia, em curso desde 2022, da iminência de um conflito entre potências regionais do Oriente Médio, e do caso em tela: a plausibilidade de uma guerra local (Martins, 2008) envolvendo Taiwan. Por se darem tão próximas ao núcleo orgânico do capitalismo – ou então no próprio núcleo orgânico, como no caso da indústria de ponta de semicondutores de Taiwan – essas guerras deixam de ser fatores de estabilização entre as Grandes Potências, e passam a representar um risco de escalada para a guerra total, uma vez que a crise propiciada pelos esforços de guerra na semi-periferia recai sobre os países centrais.

Em virtude da incidência de crises nos países centrais, recorre-se à análise das interações entre as Grandes Potências nas esferas da Economia e das Instituições, que podem contribuir para o estabelecimento da Estabilidade Estratégica. Na Economia Política, destaca-se a inserção na Quarta Revolução Industrial, que para os propósitos deste trabalho é

utilizada a conceitualização de Klaus Schwab (2016, p. 14): “Inteligência Artificial (IA), robótica, a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês), veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, armazenamento de energia e computação quântica”. A disputa pela inserção na Quarta Revolução Industrial se manifesta na competição entre China e Estados Unidos na endogeneização da indústria de semicondutores, que ainda possui raízes vitais em Taiwan, o que é amplamente abordado no trabalho.

Adicionalmente, na Economia Política observa-se a intensificação dos investimentos em infraestrutura de transportes e telecomunicações como elemento condicionador da Estabilidade Estratégica. Através da elaboração de planos de revitalização de investimentos em infraestrutura em países semi-periféricos e periféricos pelas Grandes Potências, é gerada uma rede de interconectividade global e uma maior conexão entre as economias centrais e periféricas. Esse fenômeno se traduz na institucionalização dessa hierarquia de relações, o que contribui significativamente para a estabilidade, já que controvérsias econômicas podem ser resolvidas na esfera da Política e não da Segurança.

Nas Instituições Políticas, destacam-se os fóruns de governança multilaterais, que são materializados na inserção chinesa na maioria das organizações e regimes internacionais, de modo a universalizar suas relações. Também incorporam-se os processos de integração regional, que não necessariamente caminham para o modelo europeu de união econômica e política, mas, em diferentes escopos e profundidades, podem estabilizar a polarização nas regiões e propulsá-las como polos de poder autônomos no SI. O caso de integração abordado no trabalho é o do Leste Asiático, ou seja, as relações entre China, Coreia do Sul e Japão.

O retorno da competição entre as Grandes Potências teria ocorrido a partir de 2017, segundo Mearsheimer (2021), quando o governo Trump abandonou a estratégia de engajamento das administrações anteriores e buscou uma estratégia de contenção da China. O termo engajamento é essencial para a compreensão dessa análise, e utiliza-se a definição de Resnick: “a tentativa de influenciar o comportamento político de um Estado-alvo por meio do estabelecimento abrangente e aprimoramento de contatos com esse Estado em várias áreas temáticas (ou seja, diplomática, militar, econômica, cultural)” (Resnick, 2001, p. 559)⁵. Nesse sentido, persegue-se uma maior relação de interdependência, em busca da normalização de

⁵ Trecho original: “I propose that we define engagement as the attempt to influence the political behavior of a target state through the comprehensive establishment and enhancement of contacts with that state across multiple issue-areas (i.e. diplomatic, military, economic, cultural).” (Resnick, 2001, p.559)

relações através de um alto nível de interações, o que é aplicado ao longo do trabalho para o engajamento da China com o Leste Asiático como forma de concertação da ordem regional.

O objetivo do trabalho, portanto, é investigar se os Estados Unidos e a China estão fadados à confrontação, ou se há a possibilidade de desarmar a Armadilha de Tucídides, conforme definida por Allison (2017). A hipótese da pesquisa é que há, pelo menos, outras duas trajetórias para a polarização do Sistema Internacional, as quais são exploradas na construção dos cenários otimista e intermediário. O método para testar essa hipótese é o de construção de cenários prospectivos, conforme os modelos de Heuer e Pherson (2011) e da ESG (2009). A pesquisa segue três passos analíticos e complementares: 1. Estabelecer condicionantes a partir de Taiwan, de modo a compreender os padrões de alinhamento no Leste Asiático. 2. A partir dos condicionantes, elencar variáveis e indicadores que incidem sobre as interações entre EUA e China. 3. A partir das variáveis e indicadores, construir cenários que ilustram diferentes manifestações da polarização no Leste Asiático, e conseqüentemente no SI.

A partir desses passos de pesquisa é construída a estrutura de capítulos. No primeiro capítulo, cumpre inventariar os antecedentes das interações entre EUA e China na Ásia. Destaca-se principalmente as tensões ao redor de Taiwan, a fim de demonstrar a plausibilidade de uma nova contenda envolvendo a ilha. Demonstrem-se as esferas de interação entre as duas Grandes Potências e como elas constantemente passam pelo prisma de Taiwan. Este capítulo tem fins instrumentais, uma vez que cria o pano de fundo para a compreensão dos padrões de alinhamento na Ásia.

Por sua vez, no segundo capítulo é realizada uma operacionalização dos métodos de construção de cenários para a identificação de variáveis e indicadores que possam servir de estrutura analítica para as interações entre EUA e China na Ásia em três esferas: Economia, Segurança e Instituições. Por fim, no terceiro capítulo é feita a descrição de três cenários que ilustram caminhos para as relações entre EUA e China, e conseqüentemente para a polarização do Sistema Internacional. Deles, são retiradas conclusões relevantes para a posição do Brasil e da semi-periferia frente a diferentes desafios sistêmicos.

2. TAIWAN NO CENTRO DAS INTERAÇÕES ENTRE CHINA E EUA NA ÁSIA

O presente capítulo se trata de uma contextualização das disputas que envolvem Taiwan, os embates históricos e atuais entre Estados Unidos e China ao redor da ilha e os condicionantes para compreender porque uma invasão de Taiwan é plausível e qual a magnitude de seu impacto na Economia Política, na política internacional e na Segurança Internacional. O argumento que guia o capítulo é a demonstração da centralidade de Taiwan tanto na política externa e de segurança chinesa quanto americana para o pacífico, seja em termos históricos ou atuais.

O capítulo está dividido em quatro seções. Inicia-se pela contextualização das relações interestreito no século XX, ou condicionantes histórico-políticos, que passam pela Guerra da Coreia e pelas três Crises do Estreito de Taiwan. Segue-se para a modernização do Exército de Libertação Popular, a fim de compreender a preparação militar chinesa frente a uma possível nova crise envolvendo Taiwan. Segue-se para os condicionantes econômicos e tecnológicos, perpassando a ascensão econômica chinesa, os projetos de infraestrutura, a Guerra Comercial e a Guerra Tecnológica. Finaliza-se o capítulo pelos condicionantes geoestratégicos, a fim de fornecer uma compreensão instrumental da geografia do Leste Asiático e como ela influencia as doutrinas chinesas e americanas para conflitos na região.

2.1 RELAÇÕES INTERESTREITO NO SÉCULO XX (CONDICIONANTES HISTÓRICO-POLÍTICOS)

A dominação de Taiwan pode ser sumarizada como o principal objetivo estratégico e político da República Popular da China (RPC) desde o fim da Guerra Civil Chinesa em 1949. O Guomintang (*Kuomintang*) (Partido Nacionalista da China, GMD) derrotado no continente, liderado por Jiang Jieshi (*Chiang Kai-shek*), se refugiou na ilha de Formosa (Taiwan) e de lá continuou o governo nacionalista da República da China (RoC). Para o Partido Comunista da China (PCCh), a dominação de Taiwan ou sua subordinação à China continental representaria a concretização da reunificação nacional do país, sob uma mesma bandeira e sistema político.

Os Estados Unidos, desde a Guerra da Coreia (1950-53), vê Taiwan como um “porta-aviões impossível de ser afundado”, nas palavras do general Douglas MacArthur (Liu, 2004). Ou seja, mesmo em meio a um conflito na península coreana, fora identificada a fragilidade que um regime antagonista tão perto da China poderia representar para o enfraquecimento da recém-estabelecida RPC. MacArthur inclusive sugere que Taiwan seja

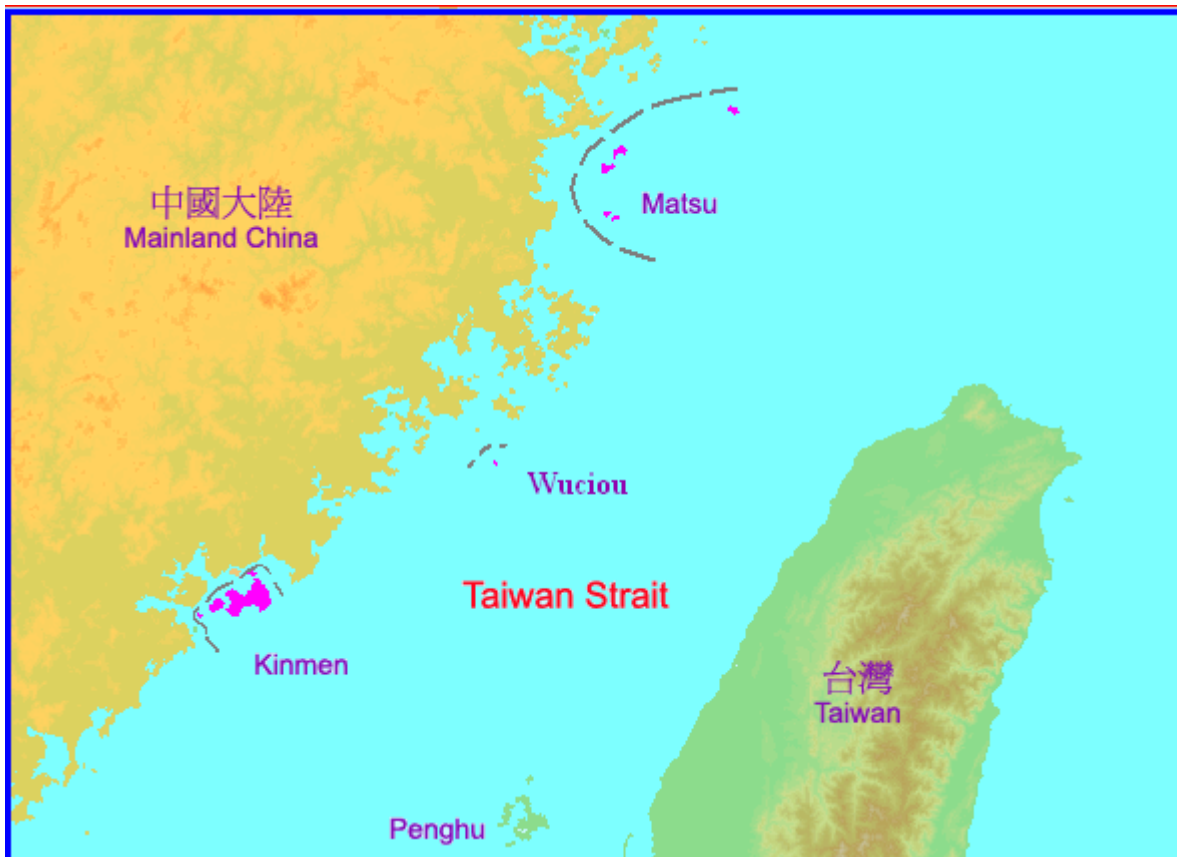
utilizada como base em futuras operações no continente asiático, ou seja, uma possível invasão da China após a presumida vitória estadunidense na Guerra da Coreia (Feddersen, 2020, p. 40).

A RPC, que já desenhava planos entre setembro de 1949 e janeiro de 1950 para a libertação de Taiwan e organizava tropas para a invasão da ilha (Silva, 2023, p. 152), não foi informada da decisão de Kim Il-Sung de invadir a Coreia do Sul (Hao; Zhai, 1990), precisando assim reorientar sua projeção de força para o Rio Yalu, com o perigo do conflito transbordar para o seu território. O presidente Harry Truman, que até então não havia declarado apoio ao regime de Taiwan na esperança de lançar um golpe de Estado contra Jiang Jieshi e substituí-lo por um líder mais confiável (Cumings, 2010, p. 23), enviou a Sétima Frota para o Estreito de Taiwan, o que é visto pelos chineses como interferência direta em seus assuntos internos (Feddersen, 2020, p. 39).

Dada a importância geográfica e o diagnóstico da importância estratégica do Estreito de Taiwan por parte dos Estados Unidos, o fortalecimento das relações entre o governo americano e a RoC foram elemento central da estratégia de intimidação à China na segunda metade do século XX. Em 1951, o governo Truman assume a posição de negar a legitimidade do governo comunista sobre a China, ratificando a posição de Taipei como o “verdadeiro” governo chinês, posição americana oficial pelas próximas duas décadas (Kissinger, 2011, p. 159).

Em agosto de 1954, com a remoção da Sétima Frota do Estreito de Taiwan pelo presidente Eisenhower (Kissinger, 2011, p. 160-161), sucedeu-se um conflito acerca da retirada nacionalista do continente e do reforço da posição taiwanesa nas ilhas de Jinmen (Kinmen ou Quemoy), para a qual foram enviadas 58 mil tropas, e Mazu (Matsu), para a qual foram enviadas 15 mil tropas (Pike, 2013). Essas ilhas são muito próximas da costa chinesa e fazem fronteira com importantes cidades portuárias, o que provocou Mao Zedong a ordenar um bombardeio maciço nestes arquipélagos. Para Kissinger (2011, p. 161-162), esse ato foi: “um golpe para a crescente autonomia de Taiwan e um teste para o compromisso de Washington de empreender a defesa multilateral da Ásia”.

Figura 1 - Localização das Ilhas Jinmen (Kinmen) e Mazu (Matsu).



Fonte: Guss, 2017.

O bombardeio em Jinmen e Mazu provocou o retorno de três porta-aviões dos Estados Unidos para as proximidades do Estreito de Taiwan, inclusive com planos para o possível uso de armas nucleares contra a China caso a crise piorasse (Kissinger, 2011, p. 162). O resultado da Primeira Crise do Estreito de Taiwan foi a “coexistência combativa”, com um tratado de defesa mútua entre Taiwan e Estados Unidos, os quais se comprometeram com a defesa da ilha de Taiwan e Pescadores, mas deixavam ambígua a situação de Jinmen e Mazu. Por conta disso, as incursões dos efetivos de Jiang Jieshi ao território chinês a partir das ilhas não pararam, o que impulsionou um intenso debate na cúpula do PPCh sobre a nuclearização do país, uma possível saída para a chantagem nuclear dos EUA (Feddersen, 2020, p. 47).

Em 1957, o 868º Esquadrão Missilístico Tático dos Estados Unidos foi sediado em Tainan, sul de Taiwan, com a instalação dos sistemas MGM-1 Matador, um míssil cruzador impulsionado por turbina capaz de carregar ogivas nucleares (Martins; Visentini, 2013, p. 109). O seu alcance era de 1000 km (Parsch, 2006), ou seja, era capaz de atingir grande parte do litoral leste da China, incluindo Shanghai. A RPC se viu, mais uma vez, nuclearmente intimidada e recorreu à União Soviética, a qual preferiu manter a Coexistência Pacífica com

os EUA do que socorrer os chineses (Chen, 2001). Para Martins e Visentini (2013, p. 108), a Segunda Crise do Estreito produziu na China três resultados: “(1) o debate acerca da nuclearização; (2) o envenenamento das relações e a posterior ruptura com a URSS; (3) O Grande Salto.”.

A inação soviética durante a Segunda Crise do Estreito de Taiwan, sua falta de cooperação no desenvolvimento de tecnologia nuclear chinesa, e as desconfianças do PCCh quanto à desestalinização do regime soviético levaram ao crescente distanciamento entre os dois gigantes socialistas (Lüthi, 2008). A ruptura sino-soviética abriu caminho para o reatamento sino-estadunidense a partir da Diplomacia Triangular de Richard Nixon, que visitou a China em 1972 e teve como resultado o Comunicado Conjunto, no qual os Estados Unidos reconhecia diplomaticamente a República Popular da China (EUA, 1972).

Além da incorporação da RPC no sistema ONU, incluindo o assento permanente no Conselho de Segurança, os Estados Unidos deixam em aberto a situação de Taiwan ou seu comprometimento em defender a ilha de uma eventual invasão chinesa. No comunicado, os EUA reconhecem que os chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan sustentam que há apenas uma China e que Taiwan faz parte dela, logo, os Estados Unidos não questionam essa posição (EUA, 1972). Essa declaração dá início a um período denominado como Ambiguidade Estratégica, isto é, a incerteza se os Estados Unidos interviriam ou não a favor de Taiwan numa eventual invasão chinesa. Uma vez que a situação de Taiwan seja um problema interno chinês, as relações entre a China e o Ocidente podem se normalizar, sem o compromisso securitário irremediável de balanceamento da China no Estreito de Taiwan.

O Japão, procurando garantir sua convivência e relevância no Leste Asiático, também inicia relações oficiais com Beijing em 1972, reconhecendo o princípio de “Uma China” e estabelecendo uma “Cláusula Anti-Hegemônica” em 1978 (Tow, 1983). Em 1979, os Estados Unidos abandonam relações oficiais com o Guomindang e reconhecem plenamente a RPC como única representante legal da China (EUA, 1979). Porém, o Congresso americano aprovou no mesmo ano o Ato de Relações com Taiwan, que estabelece a permanência da comunicação com a ilha, principalmente através da manutenção de contratos, transferência de capital, pessoas (civis), e o mais importante, venda de armas (EUA, 1979b).

A política externa de Deng Xiaoping, inicialmente, reconheceu que a venda de armas para Taiwan era uma quebra do princípio de Uma China e que os Estados Unidos, através de uma lei municipal, estava interferindo nos assuntos internos da China. Porém, conforme relata Kissinger (2011, p. 371), Deng parecia estar mais preocupado em fortalecer suas relações com os Estados Unidos, de forma que não foi contundente o suficiente para fazer com que os

americanos recuassem do Ato de Relações com Taiwan. Essa série de negociações culminou no comunicado conjunto de 1982, o qual tentava estabelecer um *modus vivendi*, mas as partes não chegaram a uma conclusão, apenas com a declaração que os EUA não aumentariam em qualidade ou em quantidade as armas vendidas para Taiwan, sem colocar uma data limite para o encerramento desses contratos (EUA, 1982).

Ademais, ainda em 1982, os Estados Unidos fez seis garantias ao governo de Taiwan, afirmando que o Ato de Relações com Taiwan seguiria inalterado e os EUA não reconheceriam a soberania da China sobre a ilha (EUA, 1982b). A China adota uma nova constituição em dezembro de 1982, a qual criava Regiões Administrativas Especiais, uma saída para o reconhecimento de Taiwan como parte da China sem o controle efetivo sobre o seu território (China, 1982). Com Taiwan sendo uma região autônoma, a China instituiu a convivência de “Um País, Dois Sistemas”, enquanto a política externa e de segurança seguiria sob o governo de Beijing (China, 1982).

Em 1992, as relações interestreito estavam amistosas e engajamentos de ambos os regimes garantiram a chegada a um consenso quanto ao princípio de Uma China (Xu, 2001). Este reconhecimento mútuo é referido como Consenso de 1992, porém cada lado do Estreito tinha sua própria interpretação do conceito de Uma China. Para a RPC, continuava a máxima de “Um País, Dois Sistemas”, ou seja, uma estrutura política com soberania plena e uma região autônoma. Mas, para Taiwan, significava “uma civilização, dois governos”, isto é, uma cultura compartilhada em comum, porém estruturas políticas diferentes (Feddersen, 2020, p. 93).

As relações interestreito continuaram a se deteriorar ao longo dos anos 1990, conforme Taiwan passava por seu processo de democratização e começava a desenvolver uma identidade nacional autônoma em detrimento da tradicional identidade chinesa (Yu, 2005). Em 1995, os Estados Unidos concedem visto para o então presidente de Taiwan, Lee Teng-hui, visitar o seu país, ministrar uma palestra e se encontrar com políticos estadunidenses (Ross, 2000). Essa permissão foi uma afronta para a China, uma vez que em sua compreensão do princípio de Uma China, quem representaria a política externa seria a RPC, e os Estados Unidos contestavam isso mais uma vez com sua aproximação a Taiwan, principalmente quando sinalizavam para uma possível independência da ilha.

Em resposta à visita do presidente de Taiwan aos Estados Unidos, o Exército de Libertação Popular (ELP) realizou testes de mísseis e exercícios navais simulando assaltos anfíbios perto da ilha (Ross, 2000). Os Estados Unidos enviaram dois Carrier Strike Groups (Grupo de Ataque de Porta-Aviões) para as proximidades do estreito, colocando um fim nas

tensões, mas sem uma resolução política (Feddersen, 2020). Esse evento é referido como a Terceira Crise do Estreito de Taiwan e foi um dos ápices de tensão envolvendo o continente e a ilha, regredindo os esforços de aproximação interestreito que o Consenso de 1992 promovia.

A Terceira Crise do Estreito fez a RPC perceber suas significativas limitações militares frente aos Estados Unidos e que apenas o caminho da ascensão econômica não garantiria sua alavancagem ou sua reunificação nacional (Feddersen, 2020). Assim, começa na China um esforço nacional de preparação militar, isto é, a conversão de sua ascensão econômica em poder material para garantir a proeminência em sua própria região. Desta forma, inicia-se um processo de revisão e modernização de muitos aspectos do ELP, entre eles: doutrina, estrutura organizacional, armamento, pessoal, adestramento, logística e cultura organizacional (Cliff, 2020).

2.2 MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO POPULAR (CONDICIONANTES SECURITÁRIOS)

No aspecto doutrinário, analistas estadunidenses denominaram a doutrina chinesa do pós-Guerra Fria de A2/AD, ou Anti-Acesso e Negação de Área, que consiste na contenção da projeção de força dos Estados Unidos na região Ásia-Pacífico (Krepinevich, 2003). A doutrina se tratava de uma defesa em camadas, com desenvolvimento de capacidades tanto de longo alcance, para impedir a entrada de mais forças na área de operações (Anti-Acesso), e de curto alcance, para conter a liberdade de movimento das forças já inseridas na área (Negação de Área) (Tangredi, 2019). A modernização militar chinesa foi inicialmente pautada no desenvolvimento dessas capacidades para compensar a assimetria tecnológica com os Estados Unidos e, através da padronização e da produção em massa de equipamentos, de fazer frente à projeção de força americana.

Em 1999, o orçamento de Defesa oficial da China era 20 bilhões de dólares, já em 2015, foi de 196 bilhões (Banco Mundial, 2023), o que demonstra a importância dada ao processo de modernização do ELP e o rápido redirecionamento dos investimentos chineses para a expansão de suas capacidades no começo do século XXI. A Grande Estratégia chinesa passa, portanto, da desilusão do engajamento com os Estados Unidos para a compreensão da inevitabilidade da necessidade do balanceamento estrito para a garantia de sua soberania territorial, dissuasão estratégica e reunificação nacional (Feddersen, 2020). O aumento de capacidades chinesas se deu em confluência com uma política de expansão da Base Industrial de Defesa (BID), que fazia um *catch-up* tecnológico em sistemas de armas através de

importações de uso dual, produção licenciada e engenharia reversa de equipamentos militares, principalmente soviéticos, franceses, britânicos e israelenses (Saunders; Wiseman, 2011).

Apesar do desenvolvimento de modernas plataformas e sistemas de armas incluindo viaturas de combate de infantaria e de assalto anfíbio, artilharia autopropulsada, helicópteros de ataque, submarinos, fragatas, aviões de combate, mísseis solo-ar e de cruzeiro e satélites entre 2000 e 2010, a quantidade produzida de cada sistema e plataforma era relativamente pequena (Cliff, 2020, p. 102). Dessa forma, o próximo desafio da China seria endogeneizar a produção de componentes de alta tecnologia, como motores, radares e microeletrônica, o que permitiria não só a equiparação tecnológica com as outras Grandes Potências, mas também a produção em massa de sistemas modernos, e a integração das Forças à rede e entre si, ou seja, a Digitalização (Martins, 2008) completa do ELP.

Em 2013, foi publicada uma nova versão do Livro Branco de Defesa Nacional da China, que estabelecia um novo paradigma doutrinário para o ELP, trocava a defesa estratificada em camadas⁶ como pilar da preparação militar para perseguir uma Força integrada capaz de lutar e vencer guerras locais em ambientes de alta tecnologia (China, 2013). Essa mudança de doutrina denotou um aumento da assertividade e proatividade da política externa e de segurança da RPC, abandonando a política *low profile* de Deng Xiaoping e demonstrando a disposição de Xi Jinping em moldar a ordem regional de acordo com o acúmulo recente de capacidades pela China (Feng, 2020).

Procurando superar a deficiência em produção de microeletrônica, barreira crucial para a Digitalização do ELP, o Conselho de Estado da China anunciou em 2015 o programa “Made in China 2025”, um plano de substituição de importações e liderança industrial, com os objetivos de diminuir a dependência em tecnologia estrangeira e saltar adiante na competição tecnológica global (Wübbecke *et al.*, 2016). O propósito seria a endogeneização da produção de semicondutores, desenvolver manufaturas inteligentes, Indústria 4.0 e Internet Industrial (desenvolvimento de softwares próprios). A dependência de Taiwan em semicondutores de última geração é um fator de atrito entre China e Estados Unidos, motivo tanto para a intensificação da preparação militar chinesa quanto do investimento na indústria nacional de alta tecnologia (Allison *et al.*, 2021; Miller, 2022).

A partir de 2015, a Administração Xi Jinping iniciou as maiores reformas militares do Exército de Libertação Popular desde 1949, já que afetaram profundamente a estrutura

⁶ Concepção basilar estratégica e operacional chinesa, de Guerra Prolongada, que se manifesta desde a Segunda Guerra Sino-Japonesa (Magno, 2018) e foi institucionalizada na Terceira Linha de Defesa durante a Guerra Guerra do Vietnã (Meyskens, 2015).

organizacional da instituição (Schwether, 2022). Os principais objetivos da reforma foram a possibilidade de atuação das Forças em multidomínio e a melhoria das operações conjuntas. Para isso, procurou-se uma maior centralização da cadeia decisória, o que diminuiria a corrupção institucional, constante tema de disputa no governo Xi (Wuthnow; Saunders, 2017).

Em substituição às antigas Regiões Militares, as quais eram subordinadas às Forças Terrestres, foram criados os Comandos de Teatro, comandos de área conjuntos e permanentes, mesmo em tempos de paz, com representantes de todas as Forças, de forma a aprimorar a eficiência das operações conjuntas e o intercâmbio no treinamento das tropas (IISS, 2017, p. 255). Quanto à centralização da linha de comando, Xi Jinping anunciou a substituição dos antigos quatro departamentos gerais por quinze departamentos funcionais, comissões e escritórios, todos subordinados à Comissão Central Militar, que é controlada pela alta cúpula do Partido Comunista da China (Saunders, 2019), o que revitaliza o controle do Partido sobre as Forças Armadas e garante a disciplina de comando no ELP.

Em dezembro de 2015, foi anunciada a criação de duas novas Forças: 1. Força de Apoio Estratégico, a qual engloba advertência antecipada, gerenciamento de satélites e defesa nos domínios eletromagnético e cibernético, uma Força especializada em guerra eletrônica, que anteriormente estava dispersa em diferentes Armas. 2. Força de Foguetes, adaptação do antigo Segundo Corpo de Artilharia, responsável pelas forças missilísticas baseadas em terra, nucleares (a decisão de emprego advém da Comissão Militar Central) e convencionais, a qual garante a dissuasão estratégica chinesa e sustenta sua posição de Grande Potência. Ademais, cabe ressaltar a criação de um quadro, responsável unicamente pelo apoio logístico do Exército de Libertação Popular, a Força de Apoio Logístico Conjunto (USDoD, 2020).

Quanto aos Comandos de Teatro, observa-se uma adequação importante ao caminho seguido pelas outras Grandes Potências: a manutenção de Forças conjuntas mesmo em tempos de paz, para que a interoperabilidade seja atingida através de exercícios conjuntos, e que o planejamento de guerra seja feito entre todas as Forças, evitando que se estabeleçam linhas de comando ad hoc para eventuais conflitos (Schwether, 2022). Ao total são cinco Comandos de Teatro, distribuídos geograficamente de acordo com a percepção de ameaça chinesa, são eles: a) Teatro Oriental, com sede em Nanjing, para possíveis conflitos no Estreito de Taiwan ou nas ilhas Ryukyu. b) Teatro Norte, com sede em Shenyang, para possíveis conflitos na península coreana, mas também no Extremo Oriente russo. c) Teatro Ocidental, com sede em Chengdu, local de armazenamento dos mísseis balísticos intercontinentais, os possíveis conflitos seriam na fronteira sino-indiana e na Ásia Central. d) Teatro Sul, com sede em Guangzhou, para possíveis conflitos envolvendo o Mar do Sul da China. e) Teatro Central,

com sede em Beijing, que serve de apoio logístico para todos os outros Teatros em cenário de guerra (Saunders, 2019; Kosaka, 2016; Campbell, 2021).

Uma das comissões criadas pela reforma da Administração Xi Jinping foi a Comissão de Ciência e Tecnologia, composta por especialistas civis em tecnologias críticas para o funcionamento do ELP. Esta comissão promove a integração civil-militar através do compartilhamento de informações, fiscalização de procedimentos, e desenvolvimento conjunto da indústria civil e militar (Saunders, 2019), o que, em última instância, aumenta a confiança da população na instituição. O investimento em P&D e a vinculação das Forças à indústria nacional, ao lado da integração civil-militar denota o entendimento holístico da modernização do ELP pela China e a profunda conexão da preparação militar com a Economia Política.

Em 2016, iniciou-se uma segunda fase de mudanças, que incidiu sobre o tamanho, a composição e o pessoal. Um dos objetivos era reduzir a desproporcionalidade entre as Forças, isto é, aumentar o pessoal da Marinha, Aeronáutica e Foguetes enquanto reduzia o contingente das Forças Terrestres. (Cordesman; Kendall, 2017) Ainda assim, a predominância das Forças Terrestres permaneceu em relação às outras Forças, mas diminuiu para menos de 50% da composição total do ELP. Além disso, anunciou-se a redução da instituição em 300.000 membros, a qual até então contava com 2.333.000 membros, somando todas as Forças (IISS, 2016, p. 240). Em 2023, o ELP possui 2.035.000 de efetivo, dos quais 965 mil são das Forças Terrestres (IISS, 2023, p. 237).

2.3 CONDICIONANTES ECONÔMICOS E TECNOLÓGICOS

O ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 acelerou ainda mais a rápida expansão econômica chinesa. Enquanto isso, durante a primeira década do século, os Estados Unidos se ocupavam com a Guerra ao Terror, esgotando sua economia no Afeganistão e no Iraque. Esse cenário condicionou uma ascensão estrondosa da China na economia mundial, que passou de um superávit na sua conta corrente de 27 bilhões de dólares em 2002 para 372 bilhões em 2007, impulsionada pelo enorme crescimento das exportações (Nonnenberg, 2010). Suas reservas internacionais, que eram inferiores a US\$ 150 bilhões até 1998, passaram para US\$ 2 trilhões em 2008 (Nonnenberg, 2010). Para compreender a magnitude da aceleração econômica chinesa, observa-se que a taxa real média de crescimento do PIB foi de 10% ao ano por 30 anos, desde 1978 até 2008 (Nonnenberg, 2010).

A política externa chinesa foi proativa em ocupar o espaço deixado pelos Estados Unidos na ordem internacional, reforçando instrumentos multilaterais de governança global, baseando-se na cooperação e na resolução de questões securitárias por meio da confiança e do consenso, seguindo uma política externa de acomodação e não de transformação do status quo (Silva, 2023, p. 199). A crise global de 2008 deixou claro o esgotamento da economia americana na sustentação basilar do comércio internacional, e uma ordem internacional multipolar era o cenário para o qual a China se preparava por décadas. Logo, sem contestar o protagonismo dos Estados Unidos como centro financeiro, a China se expande pelo vácuo que a crise da hegemonia americana deixava no Sistema Internacional, a formação dos BRICS é um exemplo latente dessa disposição.

Essa proeminência da China no comércio internacional no final da década de 2000 não passou despercebida nos Estados Unidos, que logo adaptaram sua política externa para uma contenção mais contundente da ascensão chinesa. Em 2011, Hillary Clinton, então Secretária de Estado dos EUA, publicou na *Foreign Policy* um artigo que serviu de base para a reorientação da política externa americana, intitulado “Século Americano do Pacífico”, o qual reconhecia o crescente dinamismo e relevância do continente asiático na economia global e afirmava que era dever dos Estados Unidos seguir liderando, investindo e garantindo o desenvolvimento da Ásia, ao lado de seus aliados regionais (Clinton, 2011). A afirmação de que os EUA também são uma potência do pacífico e o seu pivô para a Ásia tinha por trás uma intenção clara: a contenção da China, ideias que já estavam contidas no artigo de Hillary Clinton.

Silva (2023, p.200-201) identifica três pilares no pivô dos Estados Unidos para a Ásia: um político, um econômico e um militar. O político se tratava do reforço de suas relações com seus aliados históricos e o engajamento em angariar novos parceiros regionais, ao mesmo tempo em que opunha a China na esfera ideológica com ataques à situação dos direitos humanos no país. O militar se tratava da operacionalização da doutrina de Batalha Aeronaval (*AirSea Battle*), originada como resposta ao A2/AD chinês (Krepinevich, 2010), e a utilização dos aliados regionais como bases de projeção para ataques à China. E o econômico consistia na Parceria Transpácífica (*Transpacific Partnership - TPP*), que pretendia abrir o mercado asiático para as empresas americanas enquanto buscava isolar a China de parcerias regionais.

A resposta chinesa foi apostar ainda mais na globalização, com a ascensão de Xi Jinping à Presidência da República Popular da China em 2013, foi anunciado o lançamento da *Belt and Road Initiative (BRI)*, uma iniciativa de financiamento para a construção de infraestrutura em países próximos economicamente da China visando à interconectividade e

dinamização de seu comércio (Delgado; Villar, 2017). O nome popularizado da iniciativa, “Nova Rota da Seda”, faz alusão à antiga Rota da Seda que unia a Civilização Chinesa à Europa por uma rota de comércio de caravanas, e revive a proposta de unir as duas regiões por terra (e dessa vez também por mar) através de obras de infraestrutura nos países próximos física e economicamente da China. (Vázquez; Bernard; Torres, 2020)

O consórcio público chinês tomou tamanha proporção que se expandiu em um plano de ação que embarca várias rotas de cooperação econômica: 1. Eurásia-China; 2. China-Mongólia-Rússia; 3. China-Ásia Central-Ásia Ocidental; 4. China-Indochina; 5. China-Paquistão; 6. Bangladesh-China-Índia-Myanmar (Alonso, 2017). Os investimentos são feitos com financiamento de bancos chineses e os contratos são garantidos para empresas chinesas, principalmente de construção civil em obras de portos, ferrovias de alta velocidade e redes de produção e distribuição de energia elétrica, além de fomentar o setor de bens industriais intermediários (Vázquez; Bernard; Torres, 2020). A BRI é a materialização do projeto de globalização capitaneado pela China, sendo uma válvula de escape para manter a produção industrial chinesa em seus patamares estrondosos, integrando mercados, facilitando acesso a insumos e aumentando a velocidade e segurança dos fretes, enquanto desenvolve também em termos políticos as relações com seus parceiros comerciais (Alonso, 2017).

Em 2016, Trump foi eleito nos Estados Unidos com a retórica de reterritorialização da indústria americana, a qual havia sido transferida em parte significativa para a Ásia sob a euforia de redução de custos (Ribeiro, 2018). Os EUA se encontravam em déficit comercial com a maioria dos seus parceiros, isso os fragilizava ao ficar progressivamente mais dependente de cadeias globais de suprimento enquanto diminuía a qualidade dos empregos no seu próprio território (Ribeiro, 2018). Trump, portanto, em sua campanha bradou o lema “America First”, que foi materializado na prática em uma Guerra Comercial com a China e na rejeição do multilateralismo, isto é, políticas anti-imigratórias, de protecionismo econômico, a saída em 2017 da Parceria Transpacífica e do Acordo de Paris sobre o Clima (Ayerbe, 2019).

A Guerra Comercial consistiu na imposição de tarifas entre Estados Unidos e China, que aumentaram em intensidade a partir de 2018, quando o governo americano impôs uma taxa sob o aço e alumínio com a intenção de fortalecer a indústria doméstica, alegando que a produção não era suficiente para garantir a segurança nacional (Ribeiro, 2018). As justificativas de Trump passaram a ter caráter de denúncia ao desrespeito à propriedade intelectual por parte da China, não apenas pelos motivos iniciais de necessidade nacional, rivalizando com seu competidor e desgastando suas relações. Houveram retaliações chinesas,

com tarifas que somaram 100 bilhões de dólares no período 2018-2019, enquanto as americanas somaram 350 bilhões no mesmo período (Fajgelbaum; Khandelwal, 2021).

Em janeiro de 2020, os dois países assinaram um acordo para conter uma nova escalada de tarifas (Bown; Kolb, 2023), mas com a chegada da pandemia da Covid-19 e uma nova recessão global de suprimentos, a Guerra Comercial se transformou em uma Guerra Tecnológica (Pautasso *et al.*, 2021), através de um acirramento na competição técnico-produtiva nos setores de telecomunicações (5G), inteligência artificial, informação quântica, semicondutores, biotecnologia e energia verde (Allison *et al.*, 2021). A relevância que esses setores tomaram durante os períodos de *lockdown* para o funcionamento da economia digital, ao lado da busca por eficiência energética e a mudança nos hábitos de consumo, tornaram a competição tecnológica entre EUA e China o centro de uma disputa mais profunda: pela própria liderança do Sistema Internacional (Pautasso *et al.*, 2021).

A China possuía uma deficiência relevante na microeletrônica e fez uma série de iniciativas de *catch-up*, entre elas, lançado em 2015, o “Made in China 2025”, um plano de endogeneização de tecnologias de ponta, que diminuiria a dependência chinesa de tecnologia estrangeira (Wübbecke *et al.*, 2016). A tecnologia mais crítica para o domínio da microeletrônica é a de semicondutores, ou chips, que formam microprocessadores, essenciais para o funcionamento de qualquer sistema computadorizado. Muitas tecnologias cotidianas são dependentes de chips, desde eletrodomésticos até Inteligências Artificiais (Allison *et al.*, 2021), para uso civil e militar. Portanto, o controle sobre sua produção é chave para a sustentação de um país no núcleo orgânico do capitalismo, uma vez que se trata do Centro de Decisão Econômica⁷ da Terceira Revolução Industrial e uma propulsão para a Quarta⁸.

O agravante para a instabilidade da indústria mundial de semicondutores é o protagonismo que Taiwan assumiu na produção de chips de última geração, sendo a empresa TSMC (Taiwan Semiconductor Manufacturing Company), ao lado da Intel e Samsung, as únicas a deterem a produção comercial de chips de 5 nanômetros, competindo, em 2023, pelo domínio da produção de chips de 3 nanômetros (Shilov, 2023). O tamanho do chip importa para a quantidade de transístores inseridos nele, ou seja, quanto menor, mais chips podem ser inseridos em um microprocessador, aumentando seu poder de processamento e a sua eficiência de custo (Khan *et al.*, 2021). Segundo Miller (2022), apenas Taiwan produz 41% de

⁷ Utiliza-se o conceito de Centro de Decisão Econômica de Furtado (1962), sendo este a posse da tecnologia crítica da revolução industrial em curso. Sua vinculação com a Revolução Nacional e a China é explorado em profundidade na tese de Athos Munhoz da Silva (2023).

⁸ Segue-se a concepção utilizada por Noronha (2022), na qual a Terceira Revolução Industrial é caracterizada pelo computador e a rede, enquanto sustenta que a Quarta Revolução Industrial seria caracterizada pela Inteligência Artificial, a comunicação e a computação quânticas.

todos os chips lógicos (microprocessadores) e 90% dos chips mais avançados (<7nm) do mercado de semicondutores.

A ascensão de Taiwan ao domínio do Centro de Decisão Econômica da Terceira Revolução Industrial (chips) se deu a partir dos anos 1970, com o Programa de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, que abriu caminho para a formação de uma indústria de alta tecnologia na ilha em parceria com empresas americanas com alto incentivo governamental (Feddersen, 2020). A TSMC iniciou suas operações em 1987, sendo apenas uma fundição (*foundry*), ou seja, apenas montava chips encomendados por outras empresas. Mas, a escala que a empresa adquiriu em contratos com empresas americanas que terceirizaram suas produções para diminuir custos permitiu com que empresas de *design* de chips abrissem em Taiwan, beneficiando-se dos seus programas de Pesquisa e Desenvolvimento (Cho; Mathews, 2007).

Dessa forma, Taiwan é vital para a produção da tecnologia crítica da Era Digital, que possibilita a Internet das Coisas (IoT - Internet of Things) e a Internet do Tudo (IoE - Internet of Everything), campo de intensa competição entre as Grandes Potências pelo domínio da Inteligência Artificial, do Big Data, da interconectividade e da interoperabilidade semântica (Langley *et al.*, 2021). O domínio dessa tecnologia dotou Taiwan de um elemento de dissuasão, isto é, na eventualidade de uma invasão à ilha, a cadeia de suprimentos global da Era Digital seria catastróficamente impactada, uma vez que as fábricas da TSMC seriam ou alvejadas, ou interrompidas, ou a produção não teria como sair do estreito devido a um bloqueio chinês, fazendo com que assim, o custo de invasão à ilha seja muito caro à economia mundial, diminuindo as chances da China e dos Estados Unidos utilizarem seu território como contenda.

Tanto a China quanto os Estados Unidos estão fazendo esforços para reverter a situação de dependência à indústria de semicondutores de Taiwan. A China, após os controles de exportação impostos à Huawei pelos Estados Unidos em maio de 2020, tentando forçar que empresas de outros países não comercializassem com a gigante de telecomunicações chinesa (Bown; Kolb, 2023, p. 21), fez pesados investimentos na sua indústria nacional de chips na figura da SMIC (Semiconductor Manufacturing International Corp.), a qual recebeu US\$ 2,25 bilhões em maio de 2020 por fundos do governo chinês e US\$ 6,55 bilhões após abrir capital na bolsa de Shanghai em julho (Diegues; Roselino, 2021).

Já os Estados Unidos, em 2020 anunciaram o “Build Back Better Plan”, um plano de investimento público em infraestrutura, em programas sociais e ambientais, com a intenção de “reconstruir a classe média americana”, ou seja, através da criação de empregos e pacotes de

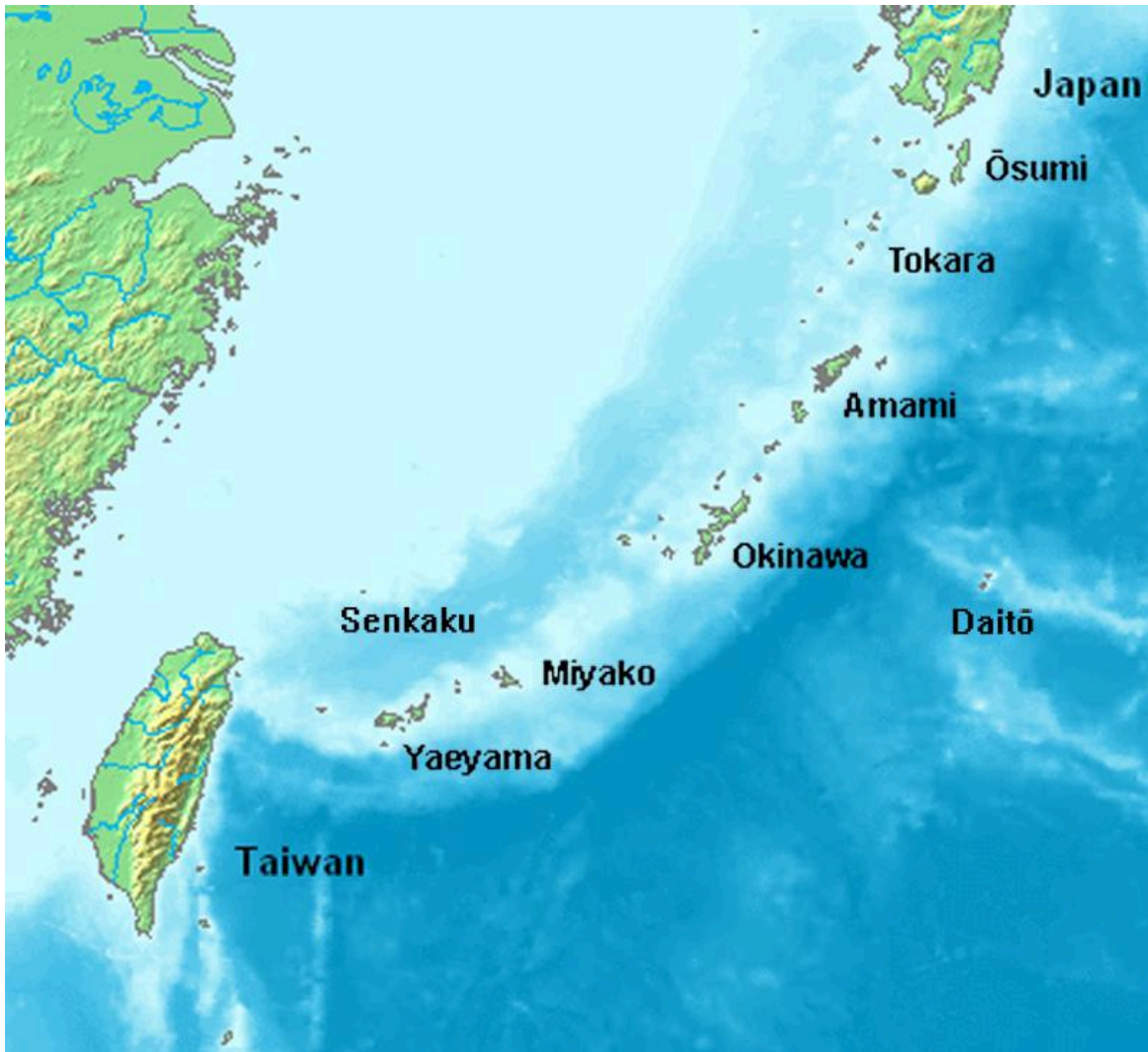
alívio de crédito, estimular a economia estadunidense após o choque da pandemia (United States, 2021). Esse plano foi o primeiro passo no esforço de reterritorializar a produção de semicondutores para os Estados Unidos e conter a dependência da produção asiática para o funcionamento dos produtos digitais americanos. O próximo passo, mais contundente, foi o “Chips and Science Act”, assinado pelo governo Biden em 2022, o qual autoriza a disponibilização de US\$ 280 bilhões em fundos para impulsionar a pesquisa e manufatura de semicondutores nos Estados Unidos, dos quais US\$ 52,7 bilhões são para o ano fiscal de 2023 (Zimmermann, 2022).

A tendência dos rumos da economia digital é clara: a territorialização da produção de chips, ou em outras palavras, a endogeneização do Centro de Decisão Econômica da Terceira e Quarta Revoluções Industriais. Estados Unidos e China estão fazendo investimentos significativos nesse caminho, fazendo o possível para reduzir sua dependência em cadeias de suprimento globais de alta tecnologia, sendo o investimento em infraestrutura a base para a sustentação da economia nacional, estão contidos nos planos Belt and Road e Build Back Better tanto a provisão de bens públicos quanto o desenvolvimento tecnológico.

2.4 CONDICIONANTES HISTÓRICOS E GEOESTRATÉGICOS

A geografia do Leste Asiático importa para a compreensão das históricas e atuais disputas envolvendo a soberania de grupos de ilhas, delimitação de águas territoriais e controle sobre rotas comerciais marítimas na região. As Ilhas Ryukyu (Figura 2) eram, até 1874, um território de soberania disputada entre China e Japão. O governo japonês, que passava pela Restauração Meiji e fazia esforços de reconhecimento diplomático na Ásia e frente às potências europeias, enviou uma expedição à Taiwan (até então ilha da dinastia Qing da China), e exerceu uma manobra diplomática para o reconhecimento da soberania japonesa sobre as Ilhas Ryukyu (Hall, 1985). Poucos anos depois, o expansionismo japonês sobre a Ásia se sentiu latente na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-95), a qual se encerrou em uma humilhante vitória japonesa representada pelo Tratado de Shimonoseki (1895), no qual a China Qing reconhecia a independência da Coreia e cedia Taiwan, as ilhas Pescadores e a península de Liaodong para o Japão (Roberts, 2011).

Figura 2 - Ilhas Ryukyu, arquipélago que conecta o Japão a Taiwan.



Fonte: Uchinanchu, 2006.

O Tratado de Shimonoseki foi o primeiro dos Tratados Injustos⁹ que a China assinou com uma potência asiática, se tratou do acúmulo do enfraquecimento chinês durante o século XIX, após a exposição sistemática ao colonialismo europeu (Visentini, 2011). Esse tratado é aqui apresentado para o destaque de alguns elementos: a) O início da rivalidade entre Japão e China como Estados Modernos. b) O início do domínio japonês sobre Taiwan, que durará até 1945 e deixará heranças culturais e políticas na ilha. c) O reconhecimento sobre as ilhas Diaoyu/Senkaku, que permanecerá elemento de disputa entre China e Japão até hoje. d) A memória chinesa quanto a sua própria decadência, e a superação dos Tratados Injustos como

⁹ Tratados impostos à China pelas potências do século XIX e XX. O primeiro foi o Tratado de Nanjing de 1842, que pôs fim à primeira das Guerras do Ópio, abrindo forçosamente cinco portos chineses, e consequentemente seu mercado interno, aos ingleses (Roberts, 2011).

elemento de orgulho nacional, sendo seu objetivo último a reunificação nacional, representada na dominação de Taiwan.

Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), Taiwan serviu de base operacional para o bombardeio estratégico no litoral chinês, em cidades costeiras e bases aéreas (Peattie; Drea; Van de Ven, 2011, p. 29), demonstrando que o controle da ilha foi usado constantemente como uma pressão sobre o território chinês. Isso também se comprova pela Segunda Crise do Estreito de Taiwan, em 1957, quando a transferência do sistema MGM-1 Matador para Taiwan, que era capaz de carregar armamento nuclear, ameaçava Shanghai e grande parte do litoral leste chinês (Martins; Visentini, 2013, p. 109). Essa é a memória histórica que a China carrega ao encarar a utilização de Taiwan por potências externas como uma “adaga” no seu peito.

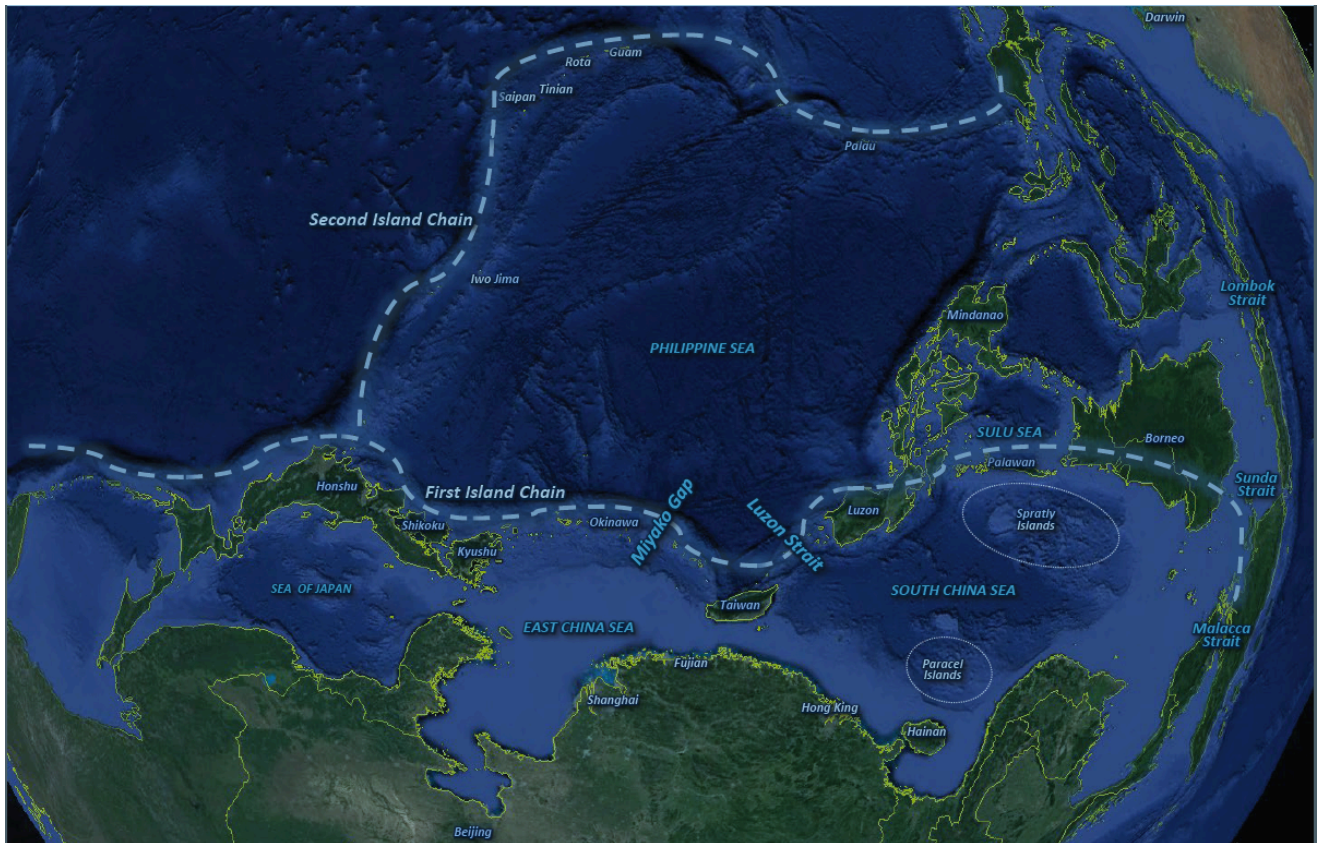
A importância estratégica das ilhas Ryukyu para as Relações Internacionais da Ásia é enorme, uma vez que seu arquipélago não é completamente navegável por se tratar de uma união de barreiras de corais com pequenas ilhas. Sendo assim, apenas entre as ilhas de Miyako e Okinawa (Estreito de Miyako) que grandes embarcações podem navegar sem impedimento, ou seja, se trata de uma das poucas entradas da China ao Pacífico Ocidental (Mahnken *et al.*, 2019). Uma vez que as ilhas Ryukyu estão sob domínio japonês, esse país possui a capacidade de restringir ou ameaçar rotas de navegação (SEALOCs) de outros países, além de representar uma ameaça às linhas marítimas de comunicação (SLOCs) chinesas (Silva, 2023, p. 214).

Além do estrangulamento geográfico do Estreito de Miyako, na prefeitura japonesa de Okinawa, que é a maior ilha das Ryukyu, também está instalada uma base militar dos Estados Unidos na qual trabalham mais de 25 mil pessoas, o que se trata de um componente crucial da presença avançada americana na Ásia-Pacífico e um elemento central de contenção direta à China (Chanlett-Avery, 2019). Ou seja, na eventualidade de uma guerra local (Martins, 2008) envolvendo Taiwan, a China estaria ameaçada tanto pela projeção de força direta estadunidense, quanto pelo bloqueio de uma via importante do seu comércio internacional, essencial tanto para a exportação de bens industriais quanto para a importação de matérias-primas.

As duas cadeias de ilhas que cercam a China são referidas por estrategistas estadunidenses como Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas, conforme a figura 3, a qual demonstra a visão das cadeias a partir da China. A figura dá a dimensão do quão estreitas são as opções de saída da China ao Pacífico, e como a estratégia de contenção dos Estados Unidos à sua navegação e projeção de força nas próprias águas territoriais chinesas é ameaçadora.

Mahnken *et al.* (2019) propõem uma estratégia de pressão marítima, ou de “apertar a corrente”, na qual seria possível uma defesa avançada que ultrapassaria o A2/AD chinês, sustentando uma linha de comunicação entre as bases estadunidenses no pacífico, principalmente Guam, e a Primeira Cadeia de Ilhas.

Figura 3 - Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas vista a partir da China.



Fonte: Mahnken *et al.*, 2019.

O outro estreito controlado direta ou indiretamente pelos Estados Unidos é o Estreito de Luzon, entre as Filipinas e Taiwan. Em 2023, os Estados Unidos anunciaram a construção de mais quatro bases militares nas Filipinas, em adição às cinco já existentes, sendo três destas na ilha mais ao norte, em Luzon (Vergun, 2023). Entre bases aéreas, navais e terrestres a intenção dos Estados Unidos é estar em pronto-emprego para a eventualidade de um conflito na região, podendo intervir e neutralizar as projeções de força chinesas. O objetivo de manter bases permanentes na região é que, além de servir de contestação direta, as forças estadunidenses estejam capazes de fazer operações conjuntas com as forças de seus aliados regionais, monitorar as movimentações chinesas através da instalação de sensores, e em última instância mitigar a tirania da distância e o tempo de deslocamento de tropas, servindo

de centro de operações logísticas para reforços vindo de outras regiões (Mahnken *et al.*, 2019).

No modelo de Mahnken *et al.* (2019), são diferenciados os papéis das forças internas e externas à Primeira Cadeia de Ilhas (ver figura 3) durante uma guerra contra a China. As forças internas (que já estão na Primeira Cadeia, ou seja, forças sediadas no norte das Filipinas, em Taiwan e em Okinawa) precisariam assumir posições dispersas, mas resilientes, formando uma barreira inicial ao longo da cadeia de ilhas que conteste as operações chinesas. Em primeiro lugar, essas forças precisariam contestar a superioridade aérea, o controle do mar e o domínio informacional que o ELP tentasse estabelecer. Em segundo lugar, as forças internas tem o objetivo de atrasar e negar as projeções de força chinesas, bloqueando a sua capacidade de projeção além da Primeira Cadeia. Em último lugar, precisariam degradar os sistemas chineses para criar lacunas nas interfaces de A2/AD, resistindo até que as forças externas cheguem e possam se valer dessas oportunidades (Mahnken *et al.*, 2019).

As forças externas consistem na maior massa de poder de combate, elas fazem a defesa em profundidade na Segunda Cadeia de Ilhas e servem de suporte para as forças internas, preenchendo lacunas que possam abrir no esforço de defesa. Essas forças, utilizando de capacidades de penetração, poderiam explorar as lacunas deixadas na rede A2/AD chinesa e conduzir operações ofensivas, como ataques a alvos no continente. Em último lugar, valendo-se da mobilidade, as forças externas podem exercer missões paralelas, como assegurar ativos chineses além-mar ou interditar linhas marítimas de comércio da China. (Mahnken *et al.*, 2019). Os benefícios visionados por Mahnken *et al.* se tratam das “virtudes da massa sem as vulnerabilidades da concentração”¹⁰.

A dominação de Taiwan novamente aparece aqui como saída estratégica para a China, uma vez que se trata do ponto central da Primeira Cadeia de Ilhas, ou seja, sua tomada quebraria a defesa em arquipélago (Krepinevich, 2023) da coalizão ocidental. Uma vez com controle operacional sobre a ilha, o ELP garantiria que sua projeção de força chegasse no Pacífico Ocidental, o que dificultaria significativamente a capacidade de projeção de força estadunidense ou a sustentação de um frente de batalha contra a China. Dessa forma, as estratégias de pressão marítima tornam-se um elemento causador de maior instabilidade no Leste Asiático, uma vez que deixam a RPC estrangulada, sem saída operacional e constrangida em suas próprias águas territoriais, vendo como um imperativo a dominação de

¹⁰ Trecho original: “Together, inside and outside forces should allow the U.S. military, in conjunction with allies and partners, to create the virtues of mass without the vulnerabilities of concentration.”

Taiwan para, além de sua reunificação nacional, a superação de uma posição de vulnerabilidade histórica frente a intimidação de potências externas na região.

2.5 REFLEXÕES PRELIMINARES: TAIWAN NO CENTRO DA POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA DA CHINA E DOS ESTADOS UNIDOS.

O presente capítulo apresentou e analisou aspectos históricos, políticos, securitários, econômicos e geoestratégicos que elucidam as problemáticas da competição entre China e Estados Unidos, demonstrando como Taiwan está no centro dessa disputa. Na figura de Taiwan estão sumarizados todos os desafios da China: 1. A endogeneização do centro de decisão econômica da Terceira Revolução Industrial e sua propulsão para a Quarta, isto é, a nacionalização plena da produção de semicondutores e o abandono da dependência de tecnologia estrangeira ou da produção em Taiwan. 2. A equiparação na capacidade de projeção de força na Ásia com os Estados Unidos, através da modernização tanto nos quadros quanto nos equipamentos do Exército de Libertação Popular. 3. A superação da histórica posição de fragilidade chinesa frente à ação de potências estrangeiras em sua região, ou seja, a dominação de Taiwan representaria o rompimento com a “adaga” que apunhala a livre navegação da China em suas águas territoriais.

Os condicionantes da plausibilidade de uma nova Crise do Estreito de Taiwan foram explorados nesse capítulo para que, na construção de cenários que vem a seguir, sejam compreendidas as raízes das problemáticas que afetam as relações entre China e Estados Unidos, e conseqüentemente o Sistema Internacional.

3. VARIÁVEIS E INDICADORES SOBRE AS INTERAÇÕES ENTRE CHINA E EUA NO LESTE ASIÁTICO

O presente capítulo explora o método de construção de cenários com o objetivo de identificar, através dos condicionantes abordados no capítulo anterior, as variáveis e os indicadores que incidem sobre as interações entre EUA e China no Leste Asiático, e consequentemente a polarização no SI. O seu propósito último é a identificação de elementos que contribuam para o estabelecimento da Estabilidade Estratégica. O capítulo está subdividido em duas seções: 3.1. Métodos Utilizados para a Construção de Cenários. 3.2. Descrição das Variáveis e Indicadores.

3.1 MÉTODOS UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

Para a construção dos cenários, foram elegidas três grandes variáveis que afetam a polarização do Sistema Internacional, são elas: Economia Política, Segurança Internacional e Instituições Políticas. Dentro de cada variável, foram selecionados indicadores, que são, segundo Heuer e Pherson (2011), fenômenos observáveis que podem ser periodicamente revisados para ajudar a acompanhar eventos, identificar tendências emergentes e avisar sobre mudanças inesperadas. Os indicadores são utilizados para identificar qual cenário está se desenvolvendo e em qual magnitude, são ideais para monitorar, detectar ou avaliar a mudança de cenário.

As variáveis e indicadores são utilizados, dessa forma, para construir cenários que ilustram uma derivação plausível da polarização manifestada no Leste Asiático e das interações entre China e Estados Unidos. Segundo a Escola Superior de Guerra (ESG, 2009), a construção de cenários é um instrumento de apoio ao processo decisório, ou seja, é isento da expectativa de acerto do grau de incidência de cada evento ou a precisão na descrição dos eventos. Assim, os cenários aqui elaborados são apenas estimativas dos custos e dimensões das decorrências de cada evento para os padrões de alinhamento do Sistema Internacional.

Para tanto, na elaboração dos cenários seguiu-se uma confluência entre os métodos de Heuer e Pherson (2011), inspirando-se em sua formulação de cenários simples, e da ESG (2009), para cenários extremos. A escolha de cenários simples justifica-se pela opção por variáveis e indicadores qualitativos e não-quantificáveis, uma vez que o propósito do trabalho é identificar tendências nas relações internacionais e na correlação de forças mundial, de forma que se possa monitorar as decorrências na política internacional na medida em que os

indicadores interagem. Os cenários extremos são igualmente importantes para a formulação, uma vez que balizam os limites plausíveis da interação entre os indicadores, permitindo assim a compreensão da magnitude dos impactos sistêmicos em um cenário pessimista e os caminhos necessários para um cenário otimista. Sendo assim, forma-se uma estrutura analítica para dimensionar os custos, riscos e oportunidades contidos em cada resultado.

Quadro 1 - Sistematização de Variáveis e Indicadores sobre as interações entre EUA e China no Leste Asiático

VARIÁVEIS	Economia Política	Segurança Internacional	Instituições Políticas
INDICADORES	Grau de Endogeneidade do Centro de Decisão Econômica ¹¹ da Quarta Revolução Industrial	Preparação Militar Regional	Grau de Engajamento no Leste Asiático
	Investimento em Infraestrutura	Guerras Extrarregionais	Sistema Eleitoral e Governabilidade em Taiwan

Fonte: Elaboração nossa.

Acima demonstra-se a sistematização das variáveis e indicadores em formato de quadro (Quadro 1). Por serem variáveis que interagem entre si na política internacional, destaca-se que não se trata de uma estrutura analítica isolada, isto é, haverão elementos dos indicadores que tangenciam outras variáveis. Por exemplo, há elementos que tocam a Economia Política e as Instituições Políticas simultaneamente, como o Belt and Road Forum. Também, as instituições que tratem de temas securitários, como a OCX, o AUKUS e o Quad, incidem sobre a Segurança e as Instituições. Por último, a vinculação da preparação militar com o setor de P&D e a Base Industrial de Defesa, elementos da Economia Política e da

¹¹ O Grau de Endogeneidade do Centro de Decisão Econômica é uma operacionalização de Furtado (1962), que trata dos esforços para a produção nacional da tecnologia crítica da Revolução Industrial vigente. Neste caso, se trata de uma preparação para a Quarta Revolução Industrial, cujo insumo é a indústria de semicondutores.

Segurança Internacional. As variáveis e seus indicadores serão descritos na próxima seção, para que por fim sejam instrumentalizados na construção de cenários no último capítulo.

3.2 DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS E INDICADORES

Esta seção está dividida entre as três variáveis escolhidas para a formulação dos cenários: Economia Política, Segurança Internacional e Instituições Políticas. Nela, são explorados os indicadores utilizados para o acompanhamento do desenvolvimento de cada cenário.

3.2.1 Economia Política

O indicador central do campo da Economia Política é o grau de endogeneidade do Centro de Decisão Econômica da Quarta Revolução Industrial, isto é, a capacidade de impressão de microprocessadores (litografia). Esse é o principal campo de disputa na Economia Política entre Estados Unidos e China, uma vez que nenhum dos países possui capacidade completa de produção tanto dos bens de capital (as máquinas de litografia que produzem semicondutores), quanto escala de produção de chips de ponta (<7nm). Conforme explorado na seção 2.3, chips lógicos são essenciais não só para o funcionamento de celulares e computadores, mas também de data centers, sistemas de geolocalização, drones de guerra, 5G, Inteligência Artificial, ou seja, tudo que necessite de um sistema digital integrado. Este indicador é o que traduz a tentativa de capitanear o desenvolvimento autônomo e a liderança da Quarta Revolução Industrial.

Os semicondutores são produzidos por máquinas de fotolitografia, que criam padrões em silício através de luz. A empresa holandesa ASML, unindo investimentos da Intel, Samsung e TSMC, desenvolveu o sistema de litografia ultravioleta extrema, capaz de imprimir chips de 3 nanômetros, possuindo assim o monopólio da produção dessas máquinas (Miller, 2022). Dessa forma, a tecnologia de produção de chips de ponta passa necessariamente pelos Países Baixos, os quais vendem as máquinas mas não compartilham a sua fórmula de produção, fator que impede que Estados Unidos e China atinjam a endogeneização completa da produção de microprocessadores.

A cadeia global de suprimentos de alta tecnologia, o objeto em análise, se dá da seguinte forma: Os Estados Unidos, em sua lógica de desterritorialização da produção, ficou responsável pelo desenvolvimento dos softwares e do design dos chips, dominando o setor de

pesquisa e desenvolvimento, apostando na exportação de propriedade intelectual e capitais como manutenção da liderança em tecnologia. A manufatura pesada está na Coreia do Sul e no Japão, onde os chips são fabricados e montados, entre chips de tecnologia antiga e nova, dão sustentação para a indústria de semicondutores. A manufatura especializada dos chips de ponta está em Taiwan através da empresa TSMC, a qual possui a tecnologia mais avançada de litografia. Em Taiwan também os chips são fundidos em microprocessadores, testados e montados nos produtos finais (Khan *et al.*, 2021).

Enquanto isso, a China trabalhava nas margens dessa *supply chain*, uma vez que dependia das máquinas de litografia dos Países Baixos, dos softwares americanos, da manufatura coreana e japonesa e dos semicondutores de Taiwan para produtos de alta tecnologia (Miller, 2022). Sua especialização da indústria de semicondutores está na montagem, testagem e incorporação em produtos digitais, enquanto em termos de manufatura ela sustenta a produção de chips de memória e chips lógicos menos tecnológicos (>14nm), que já são o suficiente para o funcionamento da maioria dos produtos de menor tecnologia agregada (Khan *et al.*, 2021). Porém, seus esforços foram significativos na tentativa de reverter essa situação desde o Made in China 2025, lançado em 2015, que fez investimentos maciços em P&D, além de incentivos para empresas chinesas de computação, veículos autônomos e inteligência artificial, com o objetivo de aumentar a demanda por semicondutores e fomentar a indústria nacional (Miller, 2022).

A gigante de telecomunicações Huawei se tornou em 2018 a segunda maior fabricante de smartphones do mundo, ficando apenas atrás da Samsung (Gibbs, 2018). Esse fenômeno se deve ao crescimento exponencial do mercado interno chinês de telefones celulares, proveniente da ascensão de uma robusta classe média na China. A empresa também expandiu seus negócios para a Europa e América Latina, o que desafiou os mercados dos Estados Unidos, que sistematicamente aplicou restrições aos seus produtos, alegando que a Huawei estava espionando os usuários dos seus smartphones. Seguiram-se, em 2019, proibições a empresas americanas que vendessem sem licença para a Huawei, e em 2020, a exigência de que outros países que usassem tecnologia americana de semicondutores não comercializassem com a empresa (Bown; Korb, 2023).

O plano do governo Xi Jinping no Made in China era diminuir a porcentagem de importação de chips de 85% em 2015 para 30% em 2025 (Miller, 2022). A intenção chinesa não era construir conexões com o Vale do Silício, mas se libertar dele. Os Estados Unidos, utilizando sua influência em Taiwan, Países Baixos, Coreia do Sul e Japão, dificultou o máximo possível esse esforço de endogeneização chinês. Em outubro de 2022, os EUA

passaram um controle de exportações de equipamentos relacionados à produção de chips, mirando principalmente o desenvolvimento da indústria de Inteligência Artificial na China. A empresa holandesa ASML se viu constrangida a restringir sua exportação de máquinas de litografia para a China que não possibilitasse a produção de chips lógicos de menos de 14nm (Pan; Cao, 2023).

Porém, os controles de exportação de tecnologias sensíveis para a China por parte dos Estados Unidos são apenas uma solução de curto prazo, afinal isso estimulou ainda mais os investimentos em P&D chinesa para o desenvolvimento de tecnologia de litografia própria. Em 2023, a Huawei anunciou que seu novo modelo de telefone celular teria chips Kirin 9000s, de 7 nanômetros, produzidos pela chinesa SMIC (Semiconductor Manufacturing International Corporation) (Liu, 2023). Esse anúncio demonstra novamente o compromisso em aumentar a demanda da indústria nacional de semicondutores para sustentar endogenamente a escala da produção, sem depender da cadeia de suprimentos global anteriormente descrita.

Dessa forma, entende-se que a Guerra Comercial e a Guerra Tecnológica são fenômenos que podem ser acompanhados para compreender a iminência de uma crise no setor de alta tecnologia. Uma manifestação de sua plausibilidade é, por exemplo, os planos da Apple, empresa mais valiosa do mundo, de transferir parte de sua produção na China para a Índia e o Vietnã (Yang; Tilley, 2022). 20% do faturamento da Apple está entre a China, Hong Kong e Taiwan (Gurman, 2023), portanto interpreta-se a tentativa de desacoplamento com a economia chinesa como um esforço de diminuição de riscos da empresa, da perda de competitividade no mercado chinês para a Huawei e das exigências cada vez maiores do governo chinês para a Apple manter suas atividades no país.

Outro elemento que torna plausível o acirramento da disputa tecnológica entre China e Estados Unidos é a indústria automobilística de carros elétricos. Enquanto a China “invade” a Europa com carros elétricos baratos por conta dos subsídios estatais (Blenkinsop, 2023), a Ford reduz pela metade a expectativa de produção de carros elétricos para 2024 (Boudette, 2023). Os subsídios chineses à indústria de carros elétricos somaram 57 bilhões de dólares entre 2016-2022, transformando a China no maior produtor de veículos elétricos, ultrapassando o Japão como maior exportador automobilístico (Blenkinsop, 2023). A disputa pelo mercado europeu, assim como visto no setor de smartphones, é campo vital para a competição entre China e Estados Unidos, mantendo o continente um palco de instabilidade nas relações entre as Grandes Potências.

Os Estados Unidos, percebendo seu atraso na produção de semicondutores e sua fragilidade diante da cadeia de suprimentos global de chips, investiu na construção de uma planta da TSMC no Arizona, e através de subsídios do CHIPS Act criou esforços para reterritorializar a produção e reviver a indústria nacional de alta tecnologia. A previsão de abertura da fábrica era para 2024, mas os custos com os salários nos EUA são significativamente maiores do que a empresa estava acostumada em Taiwan, o que, somado a outros custos que excederam as expectativas e a falta de técnicos, atrasou o começo da produção para pelo menos 2025 (Cheng; Li, 2023). Enquanto isso, a TSMC expande sua planta em Nanjing, na China, mas com restrições a chips de 12nm a 16nm para contornar os controles de exportação estadunidenses (Cheng, 2023).

Os esforços de endogeneização do Centro de Decisão Econômica da Quarta Revolução Industrial são, à primeira vista, elementos que beneficiam a Estabilidade Estratégica, mas, ao diminuir o elemento dissuasório de Taiwan – a sua importância vital na cadeia global de suprimentos de alta tecnologia, reduz-se também a relevância que a destruição ou interrupção das fábricas da TSMC em Taiwan causariam na Economia Política Internacional. Ao reduzir os custos de um conflito na ilha para as duas Grandes Potências, o que outrora poderia ser uma recessão na Era Digital, torna-se plausível uma invasão à Taiwan pela reunificação nacional chinesa. Essas são as tendências que a reterritorialização indica, porém a cadeia de suprimentos ainda é profundamente dependente de Taiwan, Miller (2022) afirma que uma guerra na ilha teria um impacto catastrófico na economia mundial:

O impacto na economia mundial seria catastrófico. A escassez de semicondutores pós-COVID foi um lembrete que chips não são necessários apenas em celulares e computadores. Aviões e automóveis, micro-ondas e equipamentos de manufatura – produtos de todos os tipos encarariam atrasos devastadores. Cerca de um terço da produção de processadores de computadores, incluindo chips projetados pela Apple e AMD, sairiam de linha até que novas fábricas pudessem ser construídas em outro lugar. O crescimento na capacidade de data centers diminuiria dramaticamente, especialmente para servidores focados em algoritmos de IA, que são mais dependentes de chips manufaturados em Taiwan de empresas como Nvidia e AMD. Outras infraestruturas de dados sofreriam danos maiores. Novas unidades de sinal 5G, por exemplo, requerem chips de muitas empresas diferentes, muitas das quais produzem em Taiwan. Haveria uma paralisação quase completa da implantação das redes 5G. (Miller, 2022, p. 467-468). (Tradução nossa)¹².

¹² Trecho original: “ The impact on the world economy would be catastrophic. The post-COVID semiconductor shortage was a reminder that chips aren’t only needed in phones and computers. Airplanes and autos, microwaves and manufacturing equipment—products of all types would face devastating delays. Around one-third of PC processor production, including chips designed by Apple and AMD, would be knocked offline until new fabs could be built elsewhere. Growth in data center capacity would slow dramatically, especially for servers focused on AI algorithms, which are more reliant on Taiwan-manufactured chips from companies like Nvidia and AMD. Other data infrastructure would be hit harder. New 5G radio units, for example, require chips from several different firms, many of which are made in Taiwan. There’d be an almost complete halt to the rollout of 5G networks. (Miller, 2022, p. 467-468).

O indicador que aproxima a variável Economia Política da variável Instituições Políticas são os planos de infraestrutura regionais. O Belt and Road Initiative, desde 2013, constrói uma rede de relações através de investimento em infraestrutura de transportes, energética e de telecomunicações, promovendo interconectividade nas lacunas que a globalização liderada pelos Estados Unidos deixou (Vázquez; Bernard; Torres, 2020). O Build Back Better, apesar do importante esforço da reindustrialização, não segue o caminho de provisão de bens públicos globais, nem reconstrói a proeminência estadunidense como fiador da Ordem Liberal Internacional. Esse indicador pode ser acompanhado através da magnitude dos investimentos públicos em infraestrutura nas duas Grandes Potências, e da aproximação política com países semi-periféricos e periféricos que essas relações econômicas proporcionam, condicionando a criação de uma estrutura institucional internacional multipolar.

O investimento em infraestrutura é fundamental para a propulsão de China e Estados Unidos para a Quarta Revolução Industrial, uma vez que gera a escala necessária para suas economias nacionais. O compromisso de China e EUA com sua Economia Política, isto é, o Made in China 2025 e o CHIPS Act, são elementos que indicam a possibilidade da Estabilidade Estratégica. Seus esforços de endogeneização do Centro de Decisão Econômica da Quarta Revolução Industrial podem garantir que cada Grande Potência seja autossuficiente na sua indústria de semicondutores, logo transfira a competição para a Economia, e não para o balanceamento ou para a contenção.

3.2.2 Segurança Internacional

Nesta variável estão contidos dois indicadores principais: 1. a preparação militar regional, seja ela chinesa, japonesa, taiwanesa, estadunidense ou de aliados da coalizão americana; 2. a incidência de guerras extrarregionais, como a guerra em curso na Ucrânia e o perigo de uma conflagração no Oriente Médio envolvendo Israel. A intensidade desses indicadores determina a plausibilidade de uma invasão a Taiwan como uma janela de oportunidade na Segurança Internacional.

Para afetar o equilíbrio internacional, a projeção de força da China precisa ultrapassar a projeção de força dos Estados Unidos somente na Ásia-Pacífico. Isso significa que as Forças Armadas americanas continuarão tendo, por tempo indeterminado, primazia em sua capacidade de projeção de força em outras regiões. Porém, na Ásia essa posição é cada vez

mais desafiada pelo Exército de Libertação Popular, que através do seu processo de modernização, descrito na seção 2.2, entra em posição de paridade para sustentar uma guerra de atrito próxima de seu território, o caso mais emblemático sendo em Taiwan.

Quanto à preparação militar chinesa, destacam-se alguns pontos importantes. Primeiro, o desenvolvimento de dissuasão convencional através do planador hipersônico, sendo o mais avançado o modelo DF-27, um míssil balístico de alcance intermediário, com variantes de ataque a terra e antinavio. Ele está em operação desde 2021 e seu alcance é de 5000-8000km, o que implica a capacidade de atingir Guam e o Hawaii partindo da China continental. Por ser hipersônico, o DF-27 tem grande possibilidade de penetrar as defesas contra mísseis balísticos dos Estados Unidos (Chen, 2023).

O desenvolvimento de planadores hipersônicos em massa e com tanto alcance é, em um primeiro momento, favorável para o estabelecimento da Estabilidade Estratégica, uma vez que pode negar o acesso de porta-aviões à região Ásia-Pacífico em um cenário de guerra, além de possibilitar a interrupção do funcionamento de qualquer base americana na região. Sem o apoio de Carrier Strike Groups, a sustentação de um frente contra a China em uma guerra convencional na primeira cadeia de ilhas seria de difícil consecução, aumentando significativamente os custos para os Estados Unidos se envolverem neste conflito. Porém, cria uma bomba-relógio para a hegemonia chinesa na Ásia, e a incerteza quanto a sua quantidade e precisão pode gerar erros de cálculo militar. O mais importante é que se trata de uma dissuasão convencional, ou seja, não força a escalada do conflito para o uso de armamento nuclear.

O segundo ponto importante da preparação militar chinesa é o desenvolvimento de dissuasão nuclear. A China, apesar de declarar a manutenção de forças nucleares no “menor nível possível para proteger a segurança nacional” (China, 2019), está em significativa desvantagem em forças nucleares frente às duas outras Grandes Potências. Enquanto os Estados Unidos e a Rússia possuem 1700 e 1600 ogivas nucleares a pronto emprego em 2022, a China estava ainda na faixa das 200 ogivas disponíveis para emprego em 2019 (Cliff, 2023, p. 59). A China tem um claro princípio de não usar primeiro o armamento nuclear, por isso, em tempos de paz, as ogivas ficam em estoque, separadas dos sistemas de entrega. Isso dificulta a capacidade de segundo ataque, mas não a inviabiliza, e a quantidade de ogivas permite tanto a defesa do seu território em caso de invasão, quanto um contra-ataque efetivo em tempos de guerra (Krepinevich, 2024).

Para garantir a dissuasão nuclear plena contra os Estados Unidos, a China não pode se permitir trabalhar no limite operacional de sua capacidade de segundo ataque. Em uma guerra

total, seu estoque de ogivas poderia ser fortemente alvejado, além dos seus estimados 100 lançadores de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) (Cliff, 2023, p. 59), que uma vez inoperacionais, trariam fortes debilidades para a sustentação de um confronto nuclear. Para tanto, há um esforço de expansão das ogivas nucleares na China, a projeção é que em 2030 tenham-se 1000 ogivas operacionais, além de mudar o emprego para “launch-on-warning”, ou seja, equipá-las nos sistemas de entrega e deixá-las a pronto emprego (Cliff, 2023, p. 47).

Para reverter a fragilidade de poucos ICBMs, que naturalmente já são mais alvejáveis por serem baseados em terra, a China faz um esforço significativo de expansão de sua frota de submarinos nucleares lançadores de SLBMs (Submarine Launched Ballistic Missiles), que são de difícil detecção, ou seja, exercem função vital na garantia da dissuasão estratégica contra os Estados Unidos. A China possui um total de 12 submarinos nucleares operacionais, 6 deles sendo da classe Jin (Type 094), que podem carregar 12 mísseis balísticos JL-2 cada, e 6 da classe Shang (Type 093), que são menores e carregam torpedos e mísseis de cruzeiro (USDoD, 2023, p. 55). O Departamento de Defesa dos Estados Unidos estima que o submarino nuclear chinês de próxima geração já está em construção e é previsto para entrar em funcionamento no final dos anos 2020, chamado Type 096, que carregará os mísseis balísticos JL-3, os quais possuem um alcance estimado de 12000 km (USDoD, 2023, p. 59). Com o SLBM JL-3, a dissuasão estratégica chinesa atingiria um novo patamar, uma vez que há alcance operacional para atingir o continente dos Estados Unidos das próprias águas territoriais da China.

O último ponto de destaque na preparação militar chinesa envolve também a Economia Política. Trata-se da produção doméstica dos motores a jato WS-20, que são utilizados na aeronave de transporte Y-20 e podem ser adaptados para os caças de quinta geração J-20, que anteriormente eram dependentes de motores turbofan AL-31F russos (USDoD, 2023, p. 168). Isso demonstra o esforço de endogeneização da produção em massa não só de equipamentos militares, mas também da tecnologia que condiciona a Base Industrial de Defesa, tornando a China progressivamente mais autossuficiente em sua preparação militar.

Esse indicador é constante, ou seja, a preparação militar chinesa continuará em rápida progressão independentemente da intimidação ou provocação estadunidense, colocando um limite de tempo na correlação de forças do Pacífico, isto é, uma vez que não ocorra conflagração na primeira ou na segunda cadeia de ilhas, a China eventualmente terá primazia na projeção de força em sua própria região. Mesmo assim, esse indicador deve ser acompanhado para compreender em que velocidade essa mudança no equilíbrio da

Ásia-Pacífico está ocorrendo e qual a possível janela temporal que a China pode se valer para fazer uma invasão bem sucedida a Taiwan.

As outras potências regionais também estão em esforços significativos de preparação militar, uma vez que o diagnóstico da situação da Segurança Internacional é de instabilidade e competição entre as Grandes Potências. Destacam-se aqui dois movimentos relevantes: a) o acordo AUKUS, uma aliança securitária e de investimento em defesa entre Reino Unido, Estados Unidos e Austrália; b) a expansão dos gastos em defesa do Japão.

O AUKUS, anunciado em 2021, não é um simples acordo de defesa coletiva, mas sim um redirecionamento de investimentos para o desenvolvimento e aquisição de novas capacidades na Austrália. Por ser um aliado confiável do Ocidente na região, a Austrália pode exercer um papel fundamental na contenção da China tanto no Mar do Sul da China quanto na intimidação de suas linhas marítimas de comunicação. Para tanto, Estados Unidos e Reino Unido se comprometeram em facilitar a aquisição de pelo menos oito submarinos com propulsão nuclear para a marinha australiana (Cheng, 2022). Inicialmente, seriam rotacionados 1 submarino da classe Astute inglesa, e 4 da classe Virginia estadunidense para a marinha australiana. Depois, os Estados Unidos declararam intenção de vender 3 submarinos da classe Virginia, com opção de mais 2 caso necessário (Doherty; Hurst, 2023).

Mas o acordo é de longo prazo, com desenvolvimento de capacidades da BID australiana, sob a intenção de alavancar uma industrialização acelerada e substituir a participação de matérias-primas nas exportações do país, integrando a Austrália na cadeia de suprimentos de defesa do Ocidente, enquanto revitaliza o mercado de trabalho nacional através de empregos de alta qualificação e remuneração. Para tanto, será construído no sul da Austrália, com design britânico e tecnologia estadunidense, o SSN-Aukus, um submarino de propulsão nuclear, que será capaz de entregar mísseis de cruzeiro (Doherty, Hurst, 2023).

Torna-se crível, uma vez que a Austrália está em um projeto conjunto com os Estados Unidos de desenvolvimento e testagem de mísseis de cruzeiro hipersônicos (SCIFiRE) (Easley, 2023), que a marinha australiana possa fazer ataques de interdição, realizados em profundidade contra alvos de grande valor (econômico ou militar) na China continental. Mais do que isso, torna plausível a negabilidade de um envolvimento direto dos EUA, dotando a Austrália de uma autonomia estratégica para não apenas conter, mas também intimidar a China.

O Japão, apesar de sua constituição pacifista (o artigo 9 renuncia o uso da força para propósitos ofensivos), está aumentando progressivamente seus gastos militares, tendo como prerrogativa a deterioração de suas relações com a China e o aumento de exercícios militares

do ELP ao redor de Taiwan. No ano fiscal de 2024, o orçamento de defesa é de 52 bilhões de dólares, com o plano de aumentar para 2% do PIB até 2027 (Murakami, 2023). Quanto à aquisição de capacidades, os Estados Unidos aprovaram a venda de 400 mísseis de cruzeiro subsônicos Tomahawk, de ataque a terra, para o Japão (Gwadera, 2023). Essa aquisição faz parte do esforço japonês em construir capacidades de “contra-ataque”, sob o diagnóstico de uma situação de instabilidade no Leste Asiático. Os Tomahawks poderiam atingir alvos na Coreia do Norte, no leste e no nordeste da China diretamente das águas territoriais japonesas, o que demonstra a reinterpretação japonesa de sua constituição, ou seja, a necessidade de desenvolver capacidades para garantir sua dissuasão convencional, ou em outras palavras, sua sobrevivência como Estado.

O próximo indicador principal é a incidência de guerras extrarregionais, que influenciam significativamente a tomada de decisão estratégica na China, uma vez que avaliam o comprometimento da coalizão ocidental em financiar diferentes frentes no mundo. Seguindo como categoria de análise a formulação de Brzezinski (1998) de Frontes Basilares Estratégicas, pela qual as áreas de tensão entre as Grandes Potências são o Leste Europeu, o Oriente Médio e o Leste Asiático, elenca-se como guerras extrarregionais as seguintes: a) A Guerra da Ucrânia; b) uma eventual conflagração entre potências regionais no Oriente Médio. O último frente, é claro, é o objeto em análise, uma conflagração em torno de Taiwan.

A Guerra da Ucrânia, iniciada em 2022, é o principal exemplo em tela, já que testou a resiliência da capacidade de fornecimento de equipamentos militares e munições do Ocidente desde o início do conflito (O’Grady; Stern; Khudov, 2023). Esta se tornou uma guerra de atrito, ou seja, de desgaste de tropas e equipamentos, requerendo peças de reposição, e um grande esforço logístico de suprimentos de ambos os lados. A China, apesar de não se envolver diretamente, recebeu uma conjuntura internacional favorável para a progressão de seus esforços de modernização militar com menos contestação, já que seu principal competidor está comprometido com a sustentação de uma guerra no Leste Europeu.

Já no Oriente Médio, os comprometimentos das Grandes Potências não são tão claros, de qualquer forma, uma instabilidade na região seria de grande impacto na polarização do Sistema Internacional. Pollack *et al.* (2009) exploram o que seria necessário para conter o programa nuclear iraniano, o que leva à compreensão da magnitude de um esforço de guerra contra o Irã, que muito provavelmente precisaria envolver Israel e colocaria a região inteira sob conflagração.

Esse indicador foi incluído para simbolizar que, em um cenário que haja uma ou duas guerras extrarregionais que os Estados Unidos estejam envolvidos, abre-se uma janela de

oportunidade para os tomadores de decisão chineses agirem antes que seja “tarde demais”, ou que não haja uma oportunidade tão favorável nas próximas décadas. Essa compreensão baseia-se na percepção do sobre-estiramento estadunidense e o seu comprometimento com aliados em outras regiões, uma vez que não há suporte logístico e produção na indústria de defesa que consiga sustentar três frentes no mundo.

3.2.3 Instituições Políticas

Na esfera das instituições, importam para a análise os seguintes indicadores: 1. O sistema eleitoral e a governabilidade em Taiwan, isto é, sua proximidade ou distância de comunicação com a China continental; 2. O grau de engajamento no Leste Asiático, sendo uma alternativa institucional de mediação de disputas no campo da Economia e da Segurança que cria um mecanismo de concertação na região.

Com a ascensão de Hu Jintao em 2003, do Grupo da Harmonia na China, inicia-se uma “diplomacia interpartidária” entre PPCh e Guomintang, que se aprofunda em 2008 com a eleição de Ma Yingjiu do GMD em Taiwan, o qual colocava como prioridade em sua campanha as boas relações com o continente (Feddersen, 2020). O ápice dessas boas relações foram em 2010, com a assinatura do ECFA (Economic Cooperation Framework Agreement) entre RPC e RoC, sob o propósito de reduzir tarifas e barreiras econômicas e institucionalizar a cooperação interestreito, buscando a complementaridade econômica (Tay *et al.*, 2011).

O Guomintang passa a enfrentar uma crise de representatividade a partir de 2014, o que se evidencia a partir do Movimento do Girassol, quando estudantes invadiram a sede do poder legislativo para bloquear a votação do Acordo sobre Comércio Interestreito de Serviços (Ho, 2018). O GMD recuou e retirou de pauta o Acordo, o que, somado ao descontentamento popular com a situação econômica de Taiwan, levou o partido a perder a representatividade em diversas prefeituras nas eleições seguintes (2014), e em seguida a presidência e a maioria legislativa (2016) (Hsieh, 2016).

Em 2016, foi eleita a presidente Tsai Ing-wen, do Partido Democrático Progressista (PDP), o qual nutre um caráter independentista e uma identidade taiwanesa, em detrimento da identidade chinesa ainda mantida pelo GMD. Tsai, assim, nega explicitamente reconhecer o Consenso de 1992 (de Uma China) e inflama novamente as relações interestreito, buscando reduzir a conexão econômica com a China continental, se aproximando dos Estados Unidos e denunciando exercícios militares do ELP perto de Taiwan enquanto se compromete a aumentar as capacidades de defesa da ilha (Chung, 2017).

Em 2020, Tsai é reeleita em meio a tensões muito maiores no estreito de Taiwan, a Guerra Comercial e Tecnológica já estava em curso e, somada à pandemia, a política externa e de segurança dos Estados Unidos toma um tom mais combativo, conforme visto nos indicadores da Economia Política e da Segurança Internacional. Entretanto, cabe ressaltar, na esfera da política, o comprometimento que o presidente Joe Biden declarou em maio de 2022 à defesa de Taiwan na eventualidade de uma invasão chinesa, colocando em xeque o compromisso americano com o princípio de Uma China (Brunnstrom; Hunnicutt, 2022). Esta declaração compromete a histórica posição estadunidense de Ambiguidade Estratégica, que deixava os Estados Unidos em uma posição de decidir se precisaria ou não defender Taiwan no caso de uma conflagração.

Ademais, em agosto de 2022, a Presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, fez uma visita a Taiwan, desafiando mais uma vez o compromisso da China no impedimento dos flertes com a independência da ilha. A resposta foram exercícios militares de larga escala do ELP ao redor de Taiwan, com centenas de aeronaves e dúzias de navios, envolvendo todas as Forças e todos os domínios, inclusive com mísseis sobrevoando a ilha, demonstrando significativo avanço no regime de treinamento do ELP e em suas capacidades de projeção de força no Estreito (Cheng, 2022). Por ser um dos maiores exercícios já feitos pelo ELP ao redor da ilha, entende-se que ele já havia sido amplamente planejado e a visita de Pelosi foi apenas o gatilho para essa demonstração de força. Silva (2023) destaca as vitórias políticas que os Estados Unidos lograram com essa visita:

A ida de Pelosi e as visitas seguintes feitas pelos congressistas estadunidenses cumpriram, em uma “tacada” só: 1) a aprovação no Congresso dos Estados Unidos da América a lei de promoção à produção de chips (Chips Act), mediante o risco de guerra no estreito – lembra-se que Taiwan produz 2/3 dos chips no mundo e tem a tecnologia de chips 7 nanômetros, o estado da arte da microeletrônica; 2) encerrou qualquer possibilidade de diálogo entre Taiwan e a China continental no médio prazo, tornando a ilha inteiramente dependente da política externa e de segurança dos EUA; 3) possibilitou a imposição de mais sanções de parte a parte, avançando a agenda do decoupling tecnológico entre China e EUA; 4) desmoralizou os chineses, que nada fizeram contra ela e sua comitiva, mas ampliaram o escopo dos exercícios militares, que agora cercaram a ilha – isso não foi feito nas crises anteriores – e produziu o risco de uma nova guerra entre China e Japão. (Silva, 2023, p. 203).

Portanto, neste indicador, entende-se que o GMD, em certa medida, promove uma política de aproximação com a China, enquanto o PDP promove uma clara política de distanciamento da China e aproximação com os Estados Unidos, o que aumenta significativamente as tensões interestreito e a instabilidade no Leste Asiático. Mesmo que

com a manutenção de propósitos republicanos, o GMD condicionava um *modus vivendi* com o PPCh, o que eventualmente poderia caminhar para uma solução pacífica e diplomática para a questão de Uma China. Enquanto isso, o PDP, que está no poder desde 2016, rivaliza o regime do continente e se prepara contra uma invasão, contando com os aliados estadunidenses e japoneses, o que indica uma maior proeminência em direção ao conflito para a concretização da reunificação nacional a partir da perspectiva chinesa.

A reunificação nacional é um imperativo para a China, isso é atestado pela Lei Anti-Secessão, promulgada em 2005, a qual afirma que Taiwan é parte indivisível da China e sugere uso de “meios não-pacíficos” para impedir a secessão do país (China, 2005). A China identifica os separatistas de Taiwan como um risco para a segurança nacional, inclusive em seu Livro Branco de Defesa de 2019, o qual aponta o PDP e o movimento de “independência de Taiwan” como uma ameaça à estabilidade e à paz no Estreito de Taiwan (China, 2019, p. 5).

O próximo indicador é o grau de engajamento no Leste Asiático, ou seja, a aproximação entre as maiores economias da região de forma a criar uma rede de convivência e interação que, através de concessões de todas as partes, neutralize crises de confiança que possam despertar conflagrações. Isso se demonstra no século XXI através da iniciativa do Primeiro-Ministro japonês Hatoyama Yukio de criar a Comunidade do Leste Asiático, uma cúpula trilateral entre China, Japão e Coreia do Sul, que seria capaz de promover a Fraternidade (Yuai) entre regimes e povos diferentes (Hatoyama, 2009a). Hatoyama defendia, assim como Hu Jintao, a expansão da rede de seguridade social, o investimento na ciência e a transformação da sociedade japonesa na “economia do conhecimento” (Silva, 2023, p. 199).

A cúpula trilateral da Comunidade do Leste Asiático foi oficialmente firmada em 2012, e por meio dela se buscava estabelecer uma divisão do trabalho regional, mediante acordos de livre-comércio, de proteção do investimento e de proteção à propriedade intelectual (Silva, 2023, p. 199). O propósito de Hatoyama era que o Japão cumprisse o papel de ponte entre o Ocidente e o Oriente, priorizando a diplomacia como forma de resolução de conflitos e controvérsias (Hatoyama, 2009b). A questão da propriedade intelectual é fundamental, uma vez que o setor de alta tecnologia dos três países estão em progressiva e intensa competição de patentes, o que gera constantes desconfianças quanto à segurança do compartilhamento de tecnologias.

Com o pivô para a Ásia e as manifestações antijaponesas de 2012 na China, caíram tanto o governo Hu Jintao – o grupo da “harmonia” na China – quanto o Partido Democrático Japonês (PDJ), o qual não tinha mais Hatoyama. Assim, os esforços de integração regional

não seguiram na mesma intensidade no Leste Asiático, enquanto o Japão e a Coreia do Sul seguiram como aliados vitais dos Estados Unidos nas suas políticas de contenção da China. Com o governo Xi Jinping na China e com a figura política de Abe Shinzo no Japão, as relações entre os dois países não foram tão conflitivas quanto o esperado, apesar da crescente militarização japonesa, a preocupação de Abe era ter uma política externa assertiva e multilateral mesmo que isso implicasse em relações bilaterais com a China (Carletti; Dias, 2020).

O novo ponto de virada para os dois países foi em 2017, quando Abe Shinzo sugeriu a participação do Japão no Belt and Road, levando em conta a estabilidade e a prosperidade para o Leste Asiático (Japão, 2017). Em 2018, na ocasião da visita de Abe a Beijing, acordos de cooperação privados e públicos em 52 áreas diferentes como saúde e infraestrutura foram firmados (Japão, 2018). Dessa forma, o Japão demonstrou-se, apesar da manutenção das relações próximas com os Estados Unidos, disposto a criar um mecanismo de concertação com a China no Leste Asiático que permitisse a concretização dos objetivos da Abenomics, de retirar o Japão da estagnação através de aumento do comércio exterior e desenvolvimento de projetos de infraestrutura (Carletti; Dias, 2020).

A inserção do Japão nos planos econômicos chineses possibilita um relacionamento mais estável entre os dois países e uma rede institucional que estabilize as tensões no Leste Asiático. Nesse mesmo sentido, em 2020, é assinada a Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), parceria econômica proposta pela ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) mais 5 países: China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia. A RCEP se propõe como uma área de livre comércio que promove a governança econômica na Ásia-Pacífico, a abertura econômica e a integração financeira, o que foi amplamente apoiado pela China, uma vez que reformula a estrutura de relações da região em bases multilaterais sem a presença dos Estados Unidos (Zhang, 2022).

Cabe destacar mais duas organizações que ilustram a rede de instituições na Ásia, as quais conectam esta variável com a Segurança Internacional, são elas: a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o Quad (Quadrilateral Security Dialogue). A OCX foi oficialmente fundada em 2001 entre a China e os países da Ásia Central para aprofundar a cooperação em contra-terrorismo e garantir a estabilidade da região (Wang; Kong, 2019). Desde então, foram feitas importantes adições à organização, como Rússia, Índia, Irã e Paquistão, o que a transformou em um fórum de governança securitária capitaneada pela China, além de também tratar de temas econômicos.

Já o Quad é a reestruturação da ideia original de Abe Shinzo de construir um “arco de liberdade e prosperidade”, ou seja, defender a democracia na Ásia. Ele foi retomado em 2017 como um diálogo de segurança entre Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália, com o objetivo claro de balanceamento da China (Envall, 2019). Por ser um diálogo, não há profundidade institucional, mas alinha os interesses securitários dos países envolvidos em conter uma China proeminente na Ásia. Um dos feitos do grupo é a participação conjunta nos exercícios militares Malabar, que ocorrem no oeste da Índia, de modo a promover a interoperabilidade entre as forças envolvidas (Sharma, 2023).

4. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS PARA A POLARIZAÇÃO A PARTIR DO LESTE ASIÁTICO

Este capítulo concretiza o esforço prévio de elencar condicionantes, variáveis e indicadores que afetam a polarização do Sistema Internacional a partir do Leste Asiático em três cenários, usando como base o modelo de Heuer e Pherson (2011). Cabe ressaltar que a elaboração de cenários se trata de estimativas plausíveis a partir da realidade imediata, de forma a compreender os caminhos pelos quais a estrutura de relações do Sistema Internacional pode se moldar e os principais elementos que incidem sobre essas mudanças, e não estabelecer previsões de acontecimentos futuros. As variáveis Economia Política, Segurança Internacional e Instituições Políticas são operacionalizadas de modo que se tenha compatibilidade entre seus indicadores, assim garantindo a comparatividade entre os cenários.

A seguir, demonstra-se a sistematização dos cenários e variáveis em formato de quadro (Quadro 2). Para efeitos de estruturação, quando as variáveis são identificadas com “+” em determinado cenário, entende-se que a congregação dos indicadores contidos nela apontam para a estabilidade. Da mesma forma, quando as variáveis são identificadas com “-”, entende-se que os seus indicadores apontam para a instabilidade para os propósitos daquele cenário. O parâmetro de otimismo/pessimismo é o grau de proximidade que o cenário está da guerra como último recurso de estabilização entre as grandes potências, o recurso de “Cenário Desejado”, proposto pela ESG (2009), é explorado no cenário intermediário, tomando o Brasil como ponto de vista.

Quadro 2 - Sistematização dos Cenários e Variáveis

Variáveis/Cenários	Cenário Otimista (Retomada do Engajamento)	Cenário Intermediário (Manutenção da Competição)	Cenário Pessimista (Confrontação Direta)
Economia Política	+	+	-
Segurança Internacional	+	+	-
Instituições Políticas	+	-	-

Fonte: Elaboração nossa, com base no modelo de Heuer e Pherson (2011).

Dessa forma, os cenários são divididos em: 1. Otimista, no qual a congregação dos indicadores em cada variável aponta para a concertação através de instituições no Leste Asiático, de modo a garantir a transição multipolar sem escaladas. 2. Intermediário, no qual a conjuntura continua conflitiva, sem definição, porém com a manutenção da competição na Economia Política e na preparação militar, abrem-se oportunidades para a semi-periferia. 3. Pessimista, no qual todas as variáveis indicam a instabilidade, de modo que a guerra passa a ser a última alternativa plausível e considerável para a definição da polarização no Leste Asiático.

4.1 CENÁRIO OTIMISTA (RETOMADA DO ENGAJAMENTO)

Este cenário se trata da transição para a multipolaridade em um movimento concertado, isto é, mediado e com controvérsias neutralizadas por instituições políticas. Nele, a competição nos campos da Economia e da Segurança são regulados por concessões e mecanismos de governança no Leste Asiático. A concretização final deste cenário seria a retomada da Comunidade do Leste Asiático como processo de integração regional, reaproximando China, Coreia do Sul e Japão, os quais, conforme mostrado anteriormente, estão em posição vital na cadeia de suprimentos global da Terceira e Quarta Revoluções Industriais.

A inserção da China na Ordem Liberal Internacional formada originalmente pela liderança dos Estados Unidos, isto é, suas organizações internacionais, é um prelúdio da disponibilidade e proatividade chinesa em construir uma ordem multipolar, uma vez que veem na governança global uma maneira de institucionalizar sua posição como polo de poder no Sistema Internacional. A multilateralidade chinesa está baseada no seu interesse de expansão e acesso a mercados emergentes, garantindo que sua economia produtiva de larga escala possa se manter em propulsão e crescimento. Logo, o caráter de sua política externa não é impositivo ou combativo, o que se pode observar em suas relações com a periferia do SI, na qual a China realiza investimentos em infraestrutura produtiva, energética e de transportes sem fazer exigências políticas (Milani; Carvalho, 2012).

A criação de uma rede de instituições de diferentes esferas e escopos na Ásia, como a iniciativa Belt and Road, a Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e a Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP), gera um fórum de convivência entre as potências asiáticas sem os Estados Unidos, que é uma potência extra-regional, mas interfere significativamente nas relações internacionais da Ásia, conforme demonstrado nos capítulos

anteriores. Logo, a “sombra” estadunidense na Ásia e sua política de pivô na década de 2010 geram significativa instabilidade para a região, isto é, a deterioração das relações entre os principais países asiáticos, o que beneficia a política de contenção da China, já que impossibilita que os chineses assegurem a região para si.

Quanto à variável Economia Política, em um cenário otimista para a transição multipolar, a endogeneização da indústria de semicondutores seria um imperativo tanto na China quanto nos Estados Unidos. Seus esforços de nacionalização da produção em massa de chips lógicos, além do investimento pesado em pesquisa e desenvolvimento para atingir a produção de chips quânticos são elementos que propiciam a estabilidade, uma vez que transferem a competição para o campo da Economia e neutralizam eventuais crises sistêmicas, como no setor de alta tecnologia, já que o centro capitalista não continuaria com a produção desterritorializada.

Uma vez bem sucedidos os esforços de endogeneização, seja pelo CHIPS Act, seja pelo Made in China 2025, o aparato institucional que garante a estabilidade é feito através dos projetos de infraestrutura regionais, estes são: o Belt and Road Initiative e o Build Back Better Plan. Os planos, capitaneados pelas duas Grandes Potências, geram conectividade, interconexão e cumprem as promessas não-realizadas da Primeira Revolução Industrial, isto é: a criação de um circuito global para a mercadoria, não apenas para o capital. O aprofundamento de uma rede institucional na Ásia liderada pela China garantiria, sem a possibilidade de contestação, a hegemonia chinesa sobre seu próprio continente, isto é, a impossibilidade dos Estados Unidos instabilizarem as relações entre a China e seus vizinhos.

O caminho mais realizável para esse processo é através da retomada da Comunidade do Leste Asiático, uma vez que, através do engajamento, a China garante a aproximação com os principais aliados estadunidenses na região. Essa instituição proveria não apenas um ambiente econômico e financeiro mais integrado no Leste Asiático, mas também bens públicos e investimentos que os Estados Unidos sequer conseguem sustentar. A Comunidade do Leste Asiático tem a capacidade de prover a segurança jurídica necessária para o setor de patentes, através de concessões chinesas, o que garante o funcionamento da sonhada “Economia do Conhecimento” japonesa, e a propulsão de uma sociedade da informação autossustentável no Leste Asiático.

A liderança compartilhada da Quarta Revolução Industrial, ou seja, os Estados Unidos e a China liderarem suas próprias revoluções tecnológicas separadamente, mesmo que sob competição, cria duas ordens limitadas¹³, uma asiática e outra americana. As ordens limitadas

¹³ Conceito apropriado de Mearsheimer (2019).

são criadas por Grandes Potências para orquestrar a estrutura de relações sob sua influência, criando instituições que regulem a política externa e de segurança de seus dependentes, seja em temas securitários, econômicos ou jurídicos. Elas podem ser de diferentes escopos e profundidades, mas não levam necessariamente à integração política, podendo ser apenas um meio de concertação e estabilização de interações com uma liderança clara, nesse caso a China ou os Estados Unidos.

Dessa forma, as relações entre China e Estados Unidos tomam um patamar mais equivalente e a China se institucionaliza como polo de poder. Porém, o sistema multilateral segue sendo chave para a interação entre as Grandes Potências, por isso não necessariamente o SI se transformaria em bipolar nos moldes da Guerra Fria. A China está muito mais inserida na ordem multilateral do que a União Soviética jamais esteve, uma vez que ela se inseriu internacionalmente nos mesmos moldes institucionais já existentes. Grupos como o BRICS e o G20 servem de interação não só com seus aliados mais próximos, mas também com as Potências Médias e a semi-periferia. Assim, assume-se que a Ordem Liberal Internacional continue existindo, mesmo que não capitaneada unicamente pelos Estados Unidos.

A polarização, portanto, mudaria no Leste Asiático, uma vez que Japão e Coreia do Sul pudessem se aproximar mais da China e abandonar as políticas de balanceamento promovidas pelos Estados Unidos. Já a polaridade seria institucionalizada com pelo menos dois polos, deixando em aberto a sustentação de outra Grande Potência, desde que cumpra as mesmas condições, isto é: (i) capacidade de segundo ataque nuclear. (ii) inexpugnabilidade (impossibilidade de dominação militar convencional) (iii) comando do espaço (Cepik, 2013).

Este cenário abre espaço, inclusive, para a diminuição das tensões na península coreana, uma vez que a Coreia do Norte e a Coreia do Sul possam estar sob o mesmo aparato institucional. Quanto a Taiwan, uma vez que os Estados Unidos tenham tomado para si a capacidade produtiva de semicondutores anteriormente possuída pela TSMC, sua importância estratégica diminuirá drasticamente, o que, a médio prazo, pode resultar no abandono do compromisso estadunidense com a defesa da ilha. Dessa forma, independentemente do partido no poder, o governo da RoC se verá constrangido a fazer concessões de convivência com a China continental, podendo inclusive manter sua relevância na cadeia de suprimentos de alta tecnologia ao se inserir em iniciativas conjuntas com a Comunidade do Leste Asiático.

Quanto à variável Segurança Internacional, a preparação militar continua, pelo menos entre as Grandes Potências, já que há muitas tecnologias de armas ainda incertas e que podem criar ruptura no Equilíbrio Internacional, estas são: armas de energia direta, armas de energia cinética e mísseis hipersônicos. A preparação militar faz as vias da competição

interestatal, e assim como os esforços de endogeneização da Quarta Revolução Industrial, propiciam o equilíbrio, pelo menos em um primeiro momento. O engajamento, portanto, se torna a maneira mais saudável de competição entre as Grandes Potências, já que propicia uma interação no nível das Instituições e da Economia, sem a alternativa da Guerra para solução de impasses.

Quanto a guerras na semi-periferia, uma vez garantida a estabilidade política, a estabilidade econômica e a seguridade social nos países centrais, não há motivo para serem mantidas. Isso traz uma problemática, que é: o centro capitalista fará sua própria reprodução de capital. Uma vez que a importação e exportação de máquinas e equipamentos forem suficientes para manter as economias centrais, e a produção for automatizada por Inteligência Artificial, as economias periféricas e semi-periféricas passam a se tornar irrelevantes para o centro. Portanto, não haverá motivo para a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, o que cristaliza a estrutura do Sistema Internacional e impede a ascensão de novas potências.

Para o Brasil, este cenário, apesar de propiciar a estabilidade no Sistema Internacional, não é o mais desejado. Isso se deve ao fato de que as cadeias de suprimento globais permanecerão sob comando do centro, e uma vez que haja aparato institucional para garantir sua manutenção, não há barganha diplomática a ser construída que gere desenvolvimento significativo de capacidades autônomas para o país. Esse problema aplaca toda a semi-periferia, mas especificamente o Brasil, dada sua proeminência em recursos naturais, pode ser alvo cobiçado tanto da China quanto dos Estados Unidos e seus aliados. Sem Grande Potência para barganhar, o Brasil pode ser despedaçado para a exploração internacional, seja por interesse na Amazônia, na água doce (que possuímos aproximadamente 16% do total mundial), nas riquezas minerais ou mesmo em uma plataforma de projeção ao Atlântico Sul, para eventual acesso à Antártica (Visentini, 2021).

4.2 CENÁRIO INTERMEDIÁRIO (MANUTENÇÃO DA COMPETIÇÃO)

Este cenário se trata da continuação da indefinição da polaridade, com a disputa pela polarização na periferia e semi-periferia, seja em termos econômicos ou na tentativa de criar uma rede institucional própria, na perspectiva da China ou dos Estados Unidos. Este cenário assume a contenção da escalada de tensões ao redor de Taiwan pela falta de capacidade dos EUA e da China de endogeneizarem rapidamente a indústria de semicondutores, logo há a continuação de sua dependência à produção de alta tecnologia na ilha. Sua concretização final

é a horizontalização de capacidades na Ásia-Pacífico e o aumento da importância da semi-periferia, o que se explora para o caso do Brasil.

Aqui, importa compreender que o Sistema Internacional continuará instável, com indefinições na variável de Instituições Políticas, mas com o fortalecimento de relações bilaterais entre as Grandes Potências e países periféricos ou semi-periféricos, seja na África, na Ásia ou na América do Sul. Este cenário também caminha para a multipolaridade, mas não-institucionalizada, assimétrica e em constante disputa. Através dos esforços das Grandes Potências de estabelecerem uma rede de relações favorável que propulsione a escala de suas economias, o que o Belt and Road Forum faz, a periferia do sistema se transforma em um espaço de disputa pela maximização das relações políticas, econômicas e securitárias.

Na variável Segurança Internacional, a preparação militar faz as vias da guerra, isto é, através da intensa competição interestatal para modernização de suas Forças, o dilema de segurança (Herz, 1950) torna-se tamanho que os custos de ir à guerra não correspondem à estimativa de seus ganhos. Dessa forma, intensifica-se não apenas a preparação militar entre China e Estados Unidos, mas também entre todas as unidades do Sistema, baseados na percepção de uma instabilidade na situação internacional. Para a Ásia-Pacífico, o AUKUS e o aumento do investimento em defesa do Japão fazem com que a China intensifique sua preparação militar, o que aumenta horizontalmente as capacidades da região, tornando a dissuasão de cada uma das Unidades mais efetiva, e, assim, a guerra mais temerosa e onerosa. Além de que uma vez com capacidades construídas, o Japão e a Austrália possam ter políticas externas mais independentes e menos subordinadas aos desígnios estadunidenses.

Já a incidência de guerras extrarregionais ainda pode se comprovar, uma vez que a instabilidade é sensível, em formato prolongado e sem escalada vertical, garantindo assim que não haja confrontação direta entre Grandes Potências. Porém, mesmo assim, este indicador é instável e pouco previsível, uma vez que impacta diretamente as cadeias de suprimento dos países centrais, como o gás para a Europa durante a Guerra da Ucrânia e o próprio estoque de munições estadunidense. Uma conflagração envolvendo Taiwan representaria uma escalada maior, já que poderia representar o primeiro confronto direto entre Grandes Potências desde a Segunda Guerra Mundial, ou o primeiro confronto entre potências nucleares.

Isto abre espaço para o Brasil, o qual possui como tradição diplomática a Política Externa Independente, e a memória tácita da Barganha Diplomática do governo Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, a qual consistiu em aproximação e distanciamento entre as Potências do período de forma a maximizar os ganhos materiais para o país. Com a barganha diplomática, o Brasil aumentou sua importância estratégica e, com essa consciência,

conseguiu a modernização das Forças Armadas Brasileiras e avanços significativos na indústria siderúrgica nacional, o que impulsionou o processo de substituição de importações (Cervo; Bueno, 2022, p. 263; Moura, 1980).

Dessa forma, em um cenário que China e Estados Unidos permaneçam em disputa pela polaridade indefinidamente, o Brasil possui meios suficientes para se inserir como Potência Média¹⁴ independente, ora se aproximando da China, ora dos Estados Unidos, não fazendo concessões políticas extremas e transformando as vitórias diplomáticas em desenvolvimento nacional. Além disso, em um mundo com forças militares distribuídas mais horizontalmente, o Brasil possui terreno fértil para se valer de parcerias estratégicas com outras Potências Médias no desenvolvimento conjunto de capacidades através de compartilhamento de tecnologia militar ou contratos de manutenção.

Este cenário representa grandes oportunidades para a semi-periferia liderar processos de integração regionais e adquirir maior autonomia enquanto a disputa entre as Grandes Potências se intensifica, aqui refere-se a América do Sul, ao continente africano e ao Oriente Médio. Uma vez incapazes de realizar a reprodução ampliada de capital autonomamente, os bancos de investimento do centro recorrem à semi-periferia para maior relação risco-retorno, e nessa transferência de capitais que a industrialização e a endogeneização de tecnologias da Terceira Revolução Industrial podem ser propulsadas.

4.3 CENÁRIO PESSIMISTA (CONFLAGRAÇÃO EM TAIWAN)

Este cenário se trata do rompimento do equilíbrio internacional, ou seja, a disputa pela polarização através da guerra. Aqui, as Instituições Políticas não conseguem estabelecer uma concertação entre as Grandes Potências, tampouco entre as potências regionais asiáticas. Dessa forma, acirra-se a Guerra Comercial e a Guerra Tecnológica, chegando em um patamar de crises incontornáveis, pelas quais, para manter o controle social, é progressivamente mais justificável ir à guerra, seja pela reunificação nacional, seja pela manutenção do pivô para a Ásia. Sua concretização final é imprevisível, mas suas consequências para a economia global são sem precedentes. A magnitude da recessão de bens de alta tecnologia e industriais dado o esforço da guerra e a destruição das cadeias de valor é catastrófica, além de esgotar as economias em conflito, o Sistema Internacional inteiro sofrerá recuos significativos em sua capacidade produtiva de curto prazo.

¹⁴ Utiliza-se a concepção de Potência Média de Ricardo Sennes, que une os conceitos de Potência regional e recém-industrializada (Sennes, 2003).

Na Economia Política, cumpre destacar que os Estados Unidos opera em um déficit de cerca de 1 trilhão de dólares por ano desde 2001, e para continuar em operação e financiando os pagamentos que o Congresso já permitiu para cada ano, o país aumenta sua dívida pública, que está em mais de 32 trilhões de dólares em 2023 (Berman, 2023). Em 2011, a votação para o aumento do teto da dívida foi acalorada e ocasionou a interrupção das operações do governo por alguns dias, o que causou grande impacto no mercado financeiro americano (USGAO, 2012). Em 2024, após os sucessivos pacotes de alívio fiscal durante a pandemia nos Estados Unidos e o seu compromisso com a defesa da Ucrânia, Israel e Taiwan, a discussão acerca dos gastos do governo está novamente no centro da política interna americana (Lawder, 2024). Por si só, essa discussão revela a indisposição interna dos EUA de financiarem a sua projeção internacional às custas do endividamento.

Uma crise da dívida americana pode ser gatilho para uma sucessão de crises sistêmicas. Primeiro, ela teria impacto imediato no mercado de capitais americano, e conseqüentemente internacional, o que instabiliza a capacidade dos Estados Unidos de realizarem investimentos em sua própria economia e de mobilizarem fluxos internacionais de capitais para a manutenção de suas alianças nas regiões. No âmbito externo, isso se manifesta em sua proximidade com as petromonarquias do Oriente Médio e a incerteza quanto a sua fidelidade irremediável aos Estados Unidos. Em uma fragilidade ocasionada por uma crise financeira internacional, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ou o Conselho dos Países do Golfo podem identificar uma oportunidade para assumir maior autonomia na provisão de hidrocarbonetos, o que os EUA se tornariam incapazes de impedir, demonstrando assim a factibilidade de uma crise internacional do petróleo.

No âmbito interno, a crise da dívida pública instabilizaria o mercado imobiliário, que já está fragilizado pela ressaca do setor de imóveis comerciais advinda da pandemia e a transição para o *home office*, que deixa os imóveis de escritórios parados, acumulando dívidas devido às altas taxas de juros (Sidders, 2023). Uma crise imobiliária, em concomitância com uma crise da dívida, possui o risco de instabilizar o sistema financeiro internacional na mesma ou até maior magnitude que a crise do subprime de 2007, a qual demonstrou a dependência vital das economias financeirizadas ao capital americano, e simultaneamente a capacidade estadunidense de externalizar a crise para a sua semi-periferia, nesse caso a Europa e o Japão.

Já na alta tecnologia, os esforços de endogeneização do Centro de Decisão Econômica da Quarta Revolução Industrial geram atritos entre as Grandes Potências, ao mesmo tempo em que Estados Unidos estão com capacidades de investimento do Estado debilitadas para fomentar o setor enquanto enviam milhões à Ucrânia e negligenciam o CHIPS Act. Há, dessa

forma, atritos significativos no setor de alta tecnologia entre Estados Unidos e China, manifestados em sua falta de consenso nos setores de telecomunicações, automobilístico, aeroespacial, e principalmente de semicondutores. Esses atritos são exemplificados pelos conflitos acerca das fábricas da Apple na China e pela proibição do envio para a China de máquinas de litografia mais avançadas da empresa holandesa ASML pelos Estados Unidos, ambos casos explorados na subseção 3.2.1. Assim, sem um engajamento institucional que promova segurança jurídica para a competição tecnológica, permanece e intensifica-se a Guerra Comercial e Tecnológica, tornando as relações entre EUA e China progressivamente menos amistosas.

Já os planos de infraestrutura podem não exercer seu papel neutralizador no equilíbrio internacional, o motivo disso é a necessidade vital que o Belt and Road Initiative (BRI) possui no Corredor do Meio, isto é, sua rota pela Ásia Central que chega até a Europa, referida como Nova Rota da Seda. Na eventualidade de instabilidades políticas ou securitárias nestes países que a BRI atravessa, os investimentos em infraestrutura chineses poderiam ser profundamente comprometidos, o que obrigaria a China a tomar medidas para estabilizar a região. Isso se trata de uma oportunidade para a coalizão ocidental, que pode promover primaveras ou revoluções coloridas, guerras híbridas (Korybko, 2018), ou então instabilizações mais diretas com grupos subestatais, para interromper os negócios chineses e evitar a construção de uma rede de instituições estável na Ásia.

Na Segurança Internacional, o sobre-estiramento estadunidense é sentido em duas frentes: na Europa Oriental e no Oriente Médio. O compromisso dos Estados Unidos com a defesa de países semi-periféricos aliados causa deficiências significativas em seu estoque de munições e de equipamentos militares, logo, de sua capacidade de projeção de força. Essa percepção da situação internacional promoveria na China a identificação de uma janela de oportunidade, ou seja, a possibilidade talvez única de invadir Taiwan em um momento de fragilidade na projeção de força estadunidense.

Do mesmo modo, a preparação militar chinesa continua crescendo aceleradamente, e, na perspectiva estadunidense, pode ser uma das últimas chances de conter a China antes que ela tenha atingido o patamar incontestável de polo de poder e assegurado sua região para si (Mearsheimer, 2001). A data simbólica utilizada para essa proeminência chinesa na Ásia é 2049, centenário da fundação da RPC. Dessa forma, intensifica-se a preparação da coalizão ocidental na primeira cadeia de ilhas e continuam as políticas de balanceamento e intimidação da China ao lado de aliados regionais como o Japão, a Austrália e as Filipinas.

Quanto às Instituições Políticas, no caso da política externa chinesa não tomar a proatividade necessária para fazer concessões que criem meios de concertação com o Leste Asiático, isto é, o Japão e a Coreia do Sul, para sustentação de uma sociedade da informação asiática, dificilmente esses países serão distanciados da política americana para a Ásia. Paralelamente, a política interna de Taiwan pode favorecer as pretensões estadunidenses, isto é, com a tutela dos Estados Unidos, o Partido Democrático Progressista (PDP), que promove uma identidade taiwanesa e sua separação com o regime continental, pode declarar independência total da ilha, reivindicando a criação do país Taiwan.

Uma vez que o Presidente Biden se comprometeu com a defesa da democracia em Taiwan (Brunnstrom; Hunnicutt, 2022), os Estados Unidos não gozam mais da Ambiguidade Estratégica, isto é, no caso de uma invasão chinesa à ilha, os EUA precisariam estabelecer uma linha de apoio, pelo menos logística, para a sustentação da RoC. Essa declaração causa uma derivação ainda mais caótica, que é a possibilidade do sistema eleitoral e partidário taiwanês definir o início de uma guerra mundial. Isso é, mesmo sem a tutela dos Estados Unidos, se a presidência do PDP identificar que a questão de Taiwan está sendo deixada de lado pela política externa e de segurança estadunidense, e que eventualmente a força gravitacional geoeconômica do regime continental trará a economia da ilha mais para perto de seu aparato institucional, sua saída se torna declarar independência de Taiwan unilateralmente. Assim, os americanos se veriam forçados a resgatar seus aliados democráticos e enfrentar a China, que certamente precisaria intervir, por ser uma questão de unidade nacional.

A confluência de crises na Economia Política, as crescentes tensões na Segurança Internacional e a incapacidade de concertação nas Instituições Políticas pode causar, tanto nos tomadores de decisão chineses quanto americanos, a urgência de se verem impedidos de realizar outra decisão senão a guerra. Nos Estados Unidos, isso toma forma como um cálculo baseado numa irracionalidade matemática, na reação do mercado, nas instabilidades políticas, na insegurança social, na insatisfação popular, na incerteza quanto ao crescimento das capacidades chinesas e na visão deontológica de mantenedores da ordem mundial, fatores que unidos levam à conclusão de que uma guerra contra a China pode unir a nação em torno de uma só causa. Assim, os EUA teriam perspectiva de retomar de súbito sua indústria de alta tecnologia, enquanto revivem o setor financeiro abalado pelas crises do petróleo e imobiliária. Também, apaziguaria os subalternos, que uma vez sob o esforço de guerra, teriam seus empregos retomados, ou prestariam serviço militar, ou estariam abalados o suficiente para não contestar sua posição social.

Para a China, a questão política e nacional é irremediável, se este diagnóstico da situação internacional não for suficiente para levá-los a iniciar a confrontação, certamente se verão obrigados a intervir no caso de uma declaração de independência, dada a Lei Anti-Secessão de 2005 (China, 2005). O acúmulo de capacidades chinesas e sua eventual capacidade de tomar Taiwan é inevitável no longo prazo, e o PPCh precisa garantir que, mesmo se todos os mecanismos institucionais falharem, o ELP esteja em plena forma para a tomada da ilha, e que a Base Industrial de Defesa chinesa seja resiliente o suficiente para sustentar uma guerra prolongada na primeira cadeia de ilhas, fortalecendo posições avançadas que sejam capazes de resistir a várias ondas de ataques japoneses, americanos e até mesmo australianos.

Para evitar um quarto cenário, a aniquilação total, os dois países evitarão ao máximo uma escalada nuclear, cabe destacar que seria a primeira guerra direta entre potências nucleares. O esforço se daria, dessa forma, por identificar um ponto onde cada projeção de força poderia ter vantagem sem causar a guerra total. Para isso, Washington e Beijing precisam conhecer as linhas vermelhas um do outro. Dessa forma revela-se a necessidade de um canal de comunicação que evite contra-escaladas. Mesmo assim, as dinâmicas da guerra podem alterar esses limites, como por exemplo, com ataques de mísseis balísticos com armamento convencional a bases americanas na região. No caso de um contra-ataque aos lançadores desses mísseis, há risco de atingir mísseis balísticos armados nuclearmente, causando uma escalada inesperada (Krepinevich, 2024).

Aliados da coalizão com diferentes percepções de ameaça também podem causar escaladas inesperadas, no caso do Japão se ver em risco vital pelo bombardeio de seus portos e pela inviabilidade de sua economia, o país teria motivos para escalar unilateralmente a guerra, fazendo ataques de contra-valor na China continental por exemplo. Mas, na exclusão destas imprevisibilidades, a guerra se transforma de atrito e exaustão na primeira cadeia de ilhas, com o objetivo de erodir os meios do inimigo e sua disposição de permanecer em guerra, infligir o máximo de pressão e dano no inimigo sem o risco de escalar para a guerra total (Krepinevich, 2024).

Em uma guerra prolongada, as economias de todos os países envolvidos é testada, e a sua permanência no conflito se definirá pela sua capacidade em repor peças, equipamentos, munições e pessoas ao campo de batalha, ou seja, sua capacidade logística de resistir ao atrito (Dunnigan, 2003, p. 517). Para o resto do mundo, as consequências, segundo Krepinevich (2024) seriam:

Uma guerra prolongada também provavelmente incluiria altos custos no comércio global, na infraestrutura de energias e transporte, redes de comunicações, e colocaria uma tensão extraordinária nas populações humanas em muitas partes do mundo. Mesmo se os dois lados evitassem a catástrofe nuclear, e mesmo que os territórios dos Estados Unidos e seus maiores parceiros da coalizão fossem parcialmente intocados, a escala e o escopo da destruição provavelmente excederiam de longe qualquer experiência que a população americana ou de seus aliados já viveu. (Krepinevich, 2024, p. 117)¹⁵. (Tradução nossa).

Para o Brasil, portanto, é possível antever uma catástrofe econômica. Uma vez que dois dos seus maiores parceiros comerciais estejam em guerra, a dependência tanto das cadeias de suprimento de tecnologia quanto a fragilidade da sua balança comercial podem causar um recesso de bens industriais essenciais para o funcionamento da economia brasileira. A dependência da tecnologia, tanto em hardware quanto em software, dos países centrais expõe o Brasil a vulnerabilidades significativas na sustentação de uma sociedade digital, seja em telecomunicações, no sistema bancário, ou até mesmo em geolocalização. A preocupação dos países centrais estará focada totalmente na solução de suas próprias fragilidades, o que não abrirá espaço para a semi-periferia endogeneizar as tecnologias críticas da Terceira Revolução Industrial através de transferências de tecnologia, precisando assim ser um esforço autônomo muito mais custoso.

O Brasil, por não haver capacidade de projeção de força relevante para se alinhar com algum dos polos e por estar longe dos teatros de guerra, não possuirá importância estratégica de curto prazo, tendo dificuldades assim de estabelecer uma barganha diplomática, o que prejudica sua inserção internacional em grande magnitude. Dessa forma, entende-se que para o Brasil estar preparado para o pior cenário, a guerra, duas preparações simultâneas seriam necessárias: a) a intensificação da preparação e modernização militar de forma a aumentar sua importância estratégica, que garanta a proeminência brasileira pelo menos na América do Sul e no Atlântico Sul. Um fator de grande relevância para essa conquista é o desenvolvimento do submarino com propulsão nuclear brasileiro. b) a diminuição da dependência da cadeia global de suprimentos de alta tecnologia, isto é, a endogeneização de uma parte, pelo menos a que garanta a sustentação basilar da economia digital brasileira, da produção de semicondutores.

¹⁵ Trecho Original: A protracted war would also likely incur high costs in global trade, transportation and energy infrastructure, and communications networks, and put extraordinary strain on human populations in many parts of the world. Even if the two sides avoided nuclear catastrophe, and even if the homelands of the United States and its major coalition partners were left partially untouched, the scale and scope of destruction would likely far exceed anything the American people and those of its allies have experienced. (Krepinevich, 2024, p. 117).

5. CONCLUSÃO

A partir do exposto, tanto nos condicionantes, quanto nas variáveis, indicadores e cenários, observam-se algumas constantes e tendências na interação entre China e EUA e na polarização do Sistema Internacional. Primeiro que, na ausência de alguma catástrofe ou confrontação direta, a transição do Equilíbrio Internacional é multipolar. Resta saber se continuará desequilibrada e instável, ou será estabelecida a Estabilidade Estratégica, mesmo que assimétrica. Os competidores dos Estados Unidos, embora em ascendência de capacidades, não possuem condições para lhe solapar a proeminência política, econômica e militar no SI. Demonstra-se que, com tantas assimetrias, somente os EUA podem promover sua própria derrocada, o que não é inverossímil, uma vez que foram exatamente suas decisões estratégicas que levaram a cabo a unipolaridade.

Através da análise e comparação entre os cenários, compreendem-se diferentes caminhos para a polarização no SI, sendo a interface de interação o Leste Asiático. No cenário otimista, demonstra-se que caso a China tenha uma política externa mais proativa em retomar o engajamento com o Japão e a Coreia do Sul, fazendo concessões e institucionalizando a convivência no setor de alta tecnologia, abrem-se caminhos para a integração da região, com diminuição significativa das instabilidades que podem levar à guerra. Consequentemente, argumenta-se que a multipolaridade poderia ser estabelecida por mecanismos multilaterais de solução de controvérsias, o que garantiria a normalização das relações entre EUA e China, às custas da semi-periferia e periferia do sistema.

No cenário intermediário, os esforços de endogeneização da Quarta Revolução Industrial não se comprovam eficazes, o que leva à manutenção da dependência das Grandes Potências à indústria de semicondutores de Taiwan. Argumenta-se que, com uma indefinição em Taiwan, permanece a competição entre as Grandes Potências na Segurança e na Economia, sendo assim uma transição instável e assimétrica para a multipolaridade, o que abre oportunidades para a semi-periferia conduzir processos de integração autônomos. No cenário pessimista, o acirramento da competição, da Guerra Comercial e da Guerra Tecnológica leva a crises sistêmicas, que fazem os EUA passarem a vislumbrar a guerra como uma opção real para a manutenção da coesão social, baseados numa irracionalidade matemática e deontológica. Na China, Taiwan segue sendo um imperativo político e estratégico e uma questão nacional, logo se trata da adaga mais dolorosa que a apunhala, e sua reunificação continuará sendo perseguida, preferencialmente por meios pacíficos, mas abrindo margem para “meios não-pacíficos” (China, 2005).

Destaca-se que, apesar da manutenção da competição entre EUA e China ser o melhor cenário para o Brasil, uma vez que é o que permite maior margem de barganha diplomática, a guerra permanece no umbral dos eventos factíveis. A construção de cenários cumpre a elucidar que é a própria intensificação na competição, o cenário intermediário, que pode levar a uma crise de alta tecnologia, uma crise da dívida americana, que desperta uma crise imobiliária e eventualmente até mesmo uma crise no petróleo caso os países árabes aproveitem a crise financeira global para conduzir um processo de integração próprio. Dessa forma, apesar de ser o cenário desejado para o Brasil, não se deve subestimar a factibilidade da guerra, e o acarretamento de uma imprevidência que traga consequências nefastas para o país, logo ressalta-se o imperativo da endogeneização tecnológica e da preparação militar em tempos de paz.

Conclui-se, portanto, que EUA e China não estão fadados à confrontação, tendo sido demonstrado outros dois cenários que levam à multipolaridade, mesmo com assimetrias e instabilidades. Porém, adicionalmente, o trabalho faz considerações acerca dos caminhos para o estabelecimento da Estabilidade Estratégica e como acompanhá-los através de indicadores e variáveis. Assim, compreendem-se pelo menos três ordens de razões que afetam os rumos das interações entre China e Estados Unidos: 1. As decisões domésticas dos EUA. 2. A capacidade da China de assumir a agenda da integração. 3. O desfecho das guerras no Leste Europeu e no Oriente Médio.

A seguir, trata-se sobre cada uma dessas ordens.

5.1 DECISÕES DOMÉSTICAS DOS EUA

À primeira vista, parece um contrassenso colocar como primeiro condicionante para a Estabilidade Estratégica um argumento relacionado à segunda imagem, o Estado (Waltz, 2004). Porém, isso se justifica, dado o grau de assimetria de capacidades ainda guardado entre os EUA e seus competidores, bem como o peso que os Estados Unidos têm sobre o sistema financeiro mundial – SWIFT, FMI, Banco Mundial. Dessa forma, o CHIPS Act e os esforços de endogeneização da Quarta Revolução Industrial, discutidos em profundidade no trabalho, permitem que os EUA recuperem a competitividade de sua economia através do imperativo de dissociação das cadeias globais de valor. Assim, abre-se a possibilidade do estabelecimento de um nível consistente de cooperação com a China, porém às custas dos países que não chegaram nesse nível de desenvolvimento tecnológico, conforme demonstrado no cenário otimista.

Assim, os Estados Unidos estão diante de uma decisão crucial para a manutenção da sua proeminência no SI, que é: a continuação de uma política externa e de segurança deontológica de manutenção da democracia e combate a regimes antagônicos, ou a ampliação do investimento em infraestrutura de transportes, energética e produtiva, de modo a tornar os EUA um provedor de bens públicos globais. A crise no centro causada por guerras na semi-periferia, lê-se a crise da Europa causada pela Guerra da Ucrânia, abre uma oportunidade para os EUA reeditarem o que se passou após a Segunda Guerra Mundial, quando as empresas americanas tomaram conta da economia europeia.

O compromisso com a Economia Política nos EUA é um fator que incide significativamente sobre a Estabilidade Estratégica, uma vez que condiciona a retomada do engajamento com a China como caminho para a política externa americana, sendo o Leste Asiático sua interface de interação. O investimento em infraestrutura tem o potencial de revitalizar a Ordem Liberal Internacional, com a retomada das Instituições Políticas como fatores de mediação e solução de controvérsias. As decorrências negativas do engajamento no centro estão descritas no cenário 1, que trata da diminuição da participação da semi-periferia na economia global, cristalizando a hierarquia do SI e relegando os países periféricos a uma maior subordinação ao centro.

Na eventualidade do CHIPS Act e dos investimentos em infraestrutura não serem persistidos pela política interna dos EUA, não há espaço para a reterritorialização da economia americana, logo dificilmente serão retomados os caminhos de engajamento com a China. Dessa forma, o compromisso da política externa e de segurança americana permanece na projeção de força global. Sem a endogeneização do Centro de Decisão Econômica da Quarta Revolução Industrial, os EUA perdem a Europa de sua zona de influência para a China, devido à crescente competitividade dos produtos chineses no mercado europeu, uma vez que nem em termos de investimento nem em termos de tecnologia a economia americana pode transpor os benefícios de integrar a interconectividade da economia chinesa.

A Europa, apesar de ser a primeira região de países centrais a sofrer as crises das guerras na semi-periferia e das instabilidades do mercado financeiro global, ainda compõe o núcleo orgânico do capitalismo. Logo, por ser um polo econômico, é espaço de disputa de influência das Grandes Potências. A perda da influência americana direta na Europa representaria uma derrocada expressiva na proeminência tanto econômica quanto política dos Estados Unidos. As consequências estão contidas no cenário pessimista, que é a consistente instabilidade da Economia Política, a incapacidade de concertação nas Instituições e as

incertezas na Segurança levarem à progressiva justificativa do rompimento do equilíbrio, a guerra, para a manutenção da coesão social nos EUA.

5.2 CAPACIDADE DA CHINA DE ASSUMIR A AGENDA DA INTEGRAÇÃO

Conforme demonstrado ao longo do trabalho, o Japão e a Coreia do Sul desempenham papel vital na interação entre os Estados Unidos e a China. Ao mesmo tempo que são competidores no setor de alta tecnologia, esses dois países estão em grande medida vinculados à política externa e de segurança americana de contenção da China. Porém, através do engajamento chinês com seus vizinhos, essa polarização pode ser reorganizada. O Japão e a Coreia do Sul, que uma vez já estiveram dispostos a participar da Comunidade do Leste Asiático, possuem discordâncias no setor de patentes com a China, o que só pode ser remediado por uma política externa chinesa mais proativa, disposta a fazer concessões e institucionalizar essas interações.

Taiwan segue a mesma problemática por possuir uma política de segurança extremamente dependente dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que sua economia é atraída pela força gravitacional geoeconômica da China. Sua participação na cadeia de suprimentos de semicondutores ainda é vital para a economia mundial, logo sua importância estratégica permanece relevante. Portanto, através do engajamento, nos mesmos moldes que a diplomacia multipartidária entre Guomindang e PCCh foi estabelecida durante o governo Hu Jintao, demonstra-se a possibilidade da integração da China com Taiwan por meios pacíficos.

Destaca-se que há uma tensão quase intransponível entre a China denunciar o hegemonismo americano, que é baseado no argumento da força, exigir uma sociedade baseada no Direito Internacional e, em última instância, precisar fazer o uso da força para afirmar fronteiras rígidas com os seus vizinhos, seja no Mar do Sul da China ou no Mar do Leste da China. Dessa forma, a agenda da integração adquire ainda maior importância, dados os constrangimentos em erigir uma ordem regional com características chinesas sem o uso da força.

A integração referida não precisa ser perfeita, isto é, chegar à união política e econômica, ou perseguir o modelo europeu. No Leste Asiático, a integração pode ir desde uma zona de preferência tarifária, evoluindo para uma zona de livre comércio, que dependendo do grau de liberalização já possui um impacto notável sobre as cadeias de valor, o

que abre margem para a interdependência complexa¹⁶. Uma vez que os partidos políticos, os grandes conglomerados, os bancos e as empresas de comunicação do Leste Asiático tenham interesse na integração, sua consecução torna-se exponencialmente mais plausível. Mesmo uma união aduaneira imperfeita (com lista de exceção) permite um regionalismo aberto, isto é, o fechamento do comércio de certos produtos que precisam ser desenvolvidos nas indústrias nacionais, enquanto mantém-se o livre comércio de outros produtos de menor valor agregado ou que as economias regionais já são competitivas.

No Leste Asiático, uma união aduaneira imperfeita poderia proteger a compra de máquinas de litografia para que a região fosse obrigada a desenvolvê-las, preferencialmente de maneira conjunta. A livre circulação dos fatores de produção, isto é, máquinas e pessoas, é um obstáculo formidável para a guerra. Agora, mesmo que a Comunidade do Leste Asiático fique relegada a uma área de livre comércio, abrem-se caminhos para a criação de uma comunidade de segurança, que é um dos desdobramentos possíveis para um Complexo Regional de Segurança segundo Buzan e Waever (2012, p. 338). Isso é, a securitização ativa do desenvolvimento da região, a institucionalização de suas relações militares, não por medo de seu competidor, mas pela vinculação do seu aumento de capacidades com a segurança regional.

Cabe destacar a importância do Japão na interação entre EUA e China. A visão de Hatoyama do Japão exercer o papel de ponte entre o Ocidente e o Oriente (Hatoyama, 2009b) não é infundada. Sem a utilização das ilhas Ryukyu como base operacional, não é possível a sustentação de uma resistência contra a invasão chinesa de Taiwan, muito menos a manutenção de uma guerra prolongada contra a China na Primeira Cadeia de Ilhas. Por si só, este constrangimento operacional garante ao Japão um elemento de barganha significativo. Mas, os investimentos japoneses também exercem peso considerável sobre a Belt and Road Initiative, não pelo volume de capital, mas por sua presença no BRI Forum, o que abre espaço para uma maior interação entre as economias chinesa e japonesa.

Conforme o destacado, o Japão representa um elemento de concertação de imensa importância no Leste Asiático, podendo utilizar sua proximidade com a China como ferramenta de política externa para se fortalecer ao lado dos EUA e retornar ao patamar de Estado Normal, ou seja, dispor de capacidades que o garantam autonomia estratégica. Porém, seus interesses econômicos não são de todo vinculados aos EUA, no caso da China assumir a

¹⁶ Conceito apropriado de Keohane e Nye (2012) para definir uma rede intrincada de relações entre Estados que caminhe para sua menor predisposição de empregar a força entre si.

agenda da integração, sua fidelidade pode ser testada, não num molde de tributário da China, mas exercendo o papel de ponte, já visionada pelo Primeiro-Ministro Hatoyama Yukio.

Apesar de não ser explorado no trabalho, dadas suas limitações, o Sudeste Asiático exerce papel complementar na agenda da integração chinesa. Isto é, com os países da ASEAN e no Mar do Sul da China, sua relação pode ser resumida a códigos de conduta (regimes internacionais), medidas de confiança e utilização de cotas de exploração de recursos naturais. Em vez de discutir a fronteira-linha com as Filipinas, podem ser discutidos quais campos de petróleo terão participação chinesa, o que estabiliza a região e evita a guerra por litígios fronteiriços. Embora sejam expectativas diferentes de integração, a do Sudeste Asiático é baseada em instituições ad hoc que são corporificadas nos códigos de conduta.

O Sudeste Asiático está sendo aqui destacado porque, mesmo que a China invada e conquiste Taiwan, Luzon ainda representa uma base operacional americana quase inexpugnável, com a possibilidade de armazenar mísseis que atinjam a China continental. Dessa forma, podem-se estabelecer concessões cruzadas, com os filipinos admitindo a soberania, no sentido da força, da China sobre uma fronteira-zona, em função de que tenham maior participação na exploração econômica. Os esforços de integração no Leste Asiático e no Sudeste Asiático precisam ser sinérgicos para que um não inviabilize o outro.

O próprio Belt and Road depende desses dois processos de integração, uma vez que busca a interconectividade por meio de investimentos. No caso de propensão ao uso da força para exercer fronteiras rígidas, a China estaria sinalizando sua falta de compromisso com a substituição da unipolaridade unilateral estadunidense por uma ordem internacional concertada por instituições multilaterais. Conclui-se assim que, o “Sonho Chinês” de Xi Jinping, de aumento de capacidades nacionais, é menos compatível com a Belt and Road Initiative do que a “Ascensão Pacífica” de Hu Jintao, já que o último não contestava o status quo e permitia assim estabelecer conexões exclusivamente econômicas, o que parece menos possível quanto mais a China aumenta suas capacidades. Portanto, apenas através da negociação com os vizinhos que a guerra é evitada, em virtude dos constrangimentos operacionais, que são as bases aéreas e a infraestrutura portuária tanto em Luzon nas Filipinas quanto em Okinawa no Japão, das quais os EUA são dependentes para estabelecer um fronte contra a China.

5.3 O DESFECHO DAS GUERRAS EXTRARREGIONAIS

Esta ordem de razão foi incluída como condição da Estabilidade Estratégica por ser um fator de interveniência. Isto é, a disrupção que a escalada nas guerras do Leste Europeu e do Oriente Médio pode causar nas interações entre EUA e China é tamanha que as outras ordens de razão diminuiriam drasticamente de importância. É claro, a escalada de uma guerra local para uma guerra total depende de uma infinidade de fatores, que não serão aqui explorados. Ainda assim, cabe falar brevemente sobre suas derivações. Primeiro, a escalada da Guerra da Ucrânia para o envolvimento direto da OTAN, uma vez que colocaria a Rússia e o Ocidente sob intensa confrontação militar e em agudo tensionamento em suas linhas de suprimento, levaria a China a conquistar uma proeminência relevante no SI, já que poderia assegurar a Ásia sem contestação de seus dois maiores competidores.

No caso da continuidade da Guerra da Ucrânia sem escaladas, uma guerra prolongada e de atrito, tende a beneficiar tanto China quanto Estados Unidos, uma vez que desgasta o seu competidor militar em comum – a Rússia – enquanto debilita o seu competidor econômico – a Europa. Já no Oriente Médio, uma guerra generalizada entre potências regionais seria prejudicial para os dois, já que ambos possuem pretensão de obter recursos financeiros dos países árabes para seus esforços de endogeneização da Quarta Revolução Industrial, bem como disputar o mercado de telecomunicações da região. Para os EUA, pode representar mais um fator do sobre-estiramento, de enviar recursos para regiões diferentes e enfraquecer sua proeminência militar. O sobre-estiramento também pode levar ao abismo fiscal, já que exerce pressão estrondosa sobre as contas públicas.

No Oriente Médio, uma guerra generalizada erodiria o poder duro estadunidense, mas também o que caracterizou a sua unipolaridade: o poder brando. No caso, sua incapacidade de exercer uma concertação na região é justamente o que coloca em xeque sua posição de mediador de conflitos, logo a redução de sua proeminência política no SI. Para a China, os comprometimentos com os investimentos da Belt and Road através do Corredor do Meio, e a permanência da dependência do petróleo da região para a sustentação de sua economia nacional, levariam ao constrangimento de mobilizar pelo menos uma força de paz para conter as conflagrações. É claro que, dependendo da constelação de alianças que se revele em cada hipótese de guerra, as Grandes Potências estariam mais ou menos condicionadas a intervir.

Este raciocínio, da interveniência da guerra no rompimento do Equilíbrio, demonstra a permanência da predominância da terceira imagem, prevista por Waltz (2004), no estabelecimento da Estabilidade Estratégica. Os constrangimentos sistêmicos seguem sendo

profundamente mais impactantes na polarização do que as decisões individuais dos Estados. Porém, a análise não se limita somente ao Sistema Internacional, mesmo que dialogando constantemente com ele, por interpretar que o acompanhamento dos indicadores e variáveis que incidem sobre a Estabilidade Estratégica perpassam continuamente a figura dos Estados. Por conta disso, criou-se uma ferramenta analítica que exerce a função de diálogo entre a segunda e a terceira imagem: as interações nas esferas da Economia Política, da Segurança Internacional e das Instituições Políticas, de forma a prover conclusões, mesmo que preliminares, acerca das interações entre China e Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. **Destined for War: Can America and China escape the Thucydide's Trap?**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt Publishing Company, 2017.

ALLISON, Graham et al. **The Great Tech Rivalry: China vs. the U.S.** Cambridge, MA: Belfer Center for Science and International Affairs, 2021.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora UnB, 1986.

AYERBE, Luis. La política de la administración Trump para América Latina: ¿Reinvención de la Doctrina Monroe?. **Revista Tempo do Mundo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.225-240, jan. 2019 Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9812>>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BANCO MUNDIAL. Military Expenditure (Current USD) - China. **Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)**, Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security. 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.CD?locations=CN>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BERMAN, Noah. What Happens when the U.S. Hits Its Debt Ceiling?. **Council on Foreign Relations**. June 27, 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/what-happens-when-us-hits-its-debt-ceiling>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BLENKINSOP, Philip. EU to investigate 'flood' of Chinese electric cars, weigh tariffs. **Reuters**. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/eu-launches-anti-subsidy-investigation-into-chinese-electric-vehicles-2023-09-13/>. Acesso em: 24 dez. 2023.

BOUDETTE, Neal E. Ford will cut planned electric F-150 production as demand slows. **The New York Times**. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/12/business/ford-f150-lightning-ev.html>. Acesso em: 24 dez. 2023.

BOWN, Chad P.; KOLB, Melina. **Trump's Trade War Timeline: An Up-to-Date Guide**. Peterson Institute for International Economics. 2023. Disponível em: <https://www.piie.com/blogs/trade-and-investment-policy-watch/trumps-trade-war-timeline-date-guide>. Acesso em: 09 dez. 2023.

BRUNNSTROM, David; HUNNICUTT, Trevor. Biden says U.S. forces would defend Taiwan in the event of a Chinese invasion. **Reuters**. 19 de Setembro de 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/biden-says-us-forces-would-defend-taiwan-event-chinese-invasion-2022-09-18/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**: American primacy and its geostrategic imperatives. Nova York: Basic Books, 1998.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers**: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

CAMPBELL, Caitlin. **China's Military**: The People's Liberation Army (PLA). Congressional Research Service. 2021. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46808>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

CARLETTI, Anna; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. A Política Externa de Shinzo Abe (2012-2019): uma nova orientação japonesa. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, ISSN 2674-8894, v. 2, no. 2, p. 23-43, 2020/1.

CEPIK, Marco. Segurança Internacional - da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: BONILLA, Adrian; ALVAREZ, Isabel. **Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo: CELAC e Iberoamérica**, San Jose, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

CHANLETT-AVERY, Emma. **U.S. Military Presence on Okinawa and Realignment to Guam**. Congressional Research Service. Washington, DC: Library of Congress, 2019.

CHEN, Jian. **Mao's China & the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

CHEN, Stephen. Chinese scientists war-game hypersonic strike on US carrier group in South China Sea. **South China Morning Post**. 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/science/article/3221495/chinese-scientists-war-game-hypersonic-strike-us-carrier-group-south-china-sea>. Acesso em: 25 dez 2023.

CHENG, Dean. PLA exercises after Pelosi Taiwan visit were largely pre-planned. **The Heritage Foundation**. 18 de Agosto de 2022. Disponível em: <https://www.heritage.org/asia/commentary/pla-exercises-after-pelosi-taiwan-visit-were-largely-pre-planned>. Acesso em: 04 jan. 2024.

CHENG, Manqing. AUKUS: The changing dynamic and its regional implications. **European Journal of Development Studies**, v. 2, no. 1, p.1-7, 2022.

CHENG, Ting-Fang. TSMC seeks permanent U.S. approval to supply China chip plant. **Nikkei Asia**. 2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Tech/Semiconductors/TSMC-seeks-permanent-U.S.-approval-to-supply-China-chip-plant>. Acesso em: 24 dez. 2023.

CHENG, Ting-Fang; LI, Lauly. TSMC to send hundreds more workers to speed U.S. plant construction. **Nikkei Asia**. 2023. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Business/Tech/Semiconductors/TSMC-to-send-hundreds-more-workers-to-speed-U.S.-plant-construction>. Acesso em: 24 dez. 2023.

CHINA. **Constitution of The People's Republic of China**. USC US-China Institute. 1982. Disponível em: <https://china.usc.edu/constitution-peoples-republic-china-1982>. Acesso em: 05 dez. 2023.

CHINA. **China Enacted Historical Anti-Secession Law**. Embassy of the People's Republic of China in the Republic of Namibia. 18 de Março de 2005. Disponível em: http://na.china-embassy.gov.cn/eng/sgxw/200503/t20050318_6553850.htm. Acesso em: 05 jan. 2024.

CHINA. Ministry of National Defense. **The Diversified Employment of China's Armed Forces**. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2013.

CHINA. Ministry of National Defense. **China's National Defense in the New Era**. Beijing: The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019.

CHO, Dong-Sung; MATHEWS, John A. **Tiger Technology: The Creation of a Semiconductor Industry in East Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

CHUNG, L. Tsai Ing-wen vows to boost Taiwan defence budget amid military threats. **South China Morning Post**. 29 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/policies-politics/article/2126181/tsai-ing-wen-vows-boost-taiwan-defence-budget-amid>. Acesso em: 03 jan. 2024.

CLIFF, Roger. **O Poderio Militar da China: avaliação de suas capacidades atuais e futuras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2020.

CLIFF, Roger. **China's Future Military Capabilities**. US Army College: USAWC Press, 2023.

CLINTON, Hillary. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, Washington, D.C., 11 Oct. 2011. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

CORDESMAN, Anthony H. **Salvaging American Defense: The Challenge of Strategic Overstretch**. Westport: Praeger Security International, 2007.

CORDESMAN, Anthony H.; KENDALL, Joseph. **Chinese Strategy and Military Modernization in 2017: A Comparative Analysis**. Washington, DC: Center for Strategic & International Studies, 2017.

CUMINGS, Bruce. **The Korean War: a history**. New York: Modern Library, 2010.

DELGADO, Daniel Lemus; VILLAR, Francisco Valderrey. La Nueva Ruta de la Seda y la diplomacia internacional de negocios. **Comillas Journal of International Relations**, n. 10, p. 47–64, 2017. Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/internationalrelations/article/view/7156>. Acesso em: 7 dez 2023.

DIEGUES, Antônio Carlos; ROSELINO, José Eduardo. **Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA**. Instituto de Economia, UNICAMP, 2021.

DOHERTY, Ben; HURST, Daniel. What is the Aukus submarine deal and what does it mean? - the key facts. **The Guardian**. 2023. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2023/mar/14/what-is-the-aucus-submarine-deal-and-what-does-it-mean-the-key-facts>. Acesso em: 27 dez. 2023.

DUNNIGAN, James F. **How to Make War**. New York: HarperCollins, 2003.

EASLEY, Mikayla. AUKUS Partners Aim to Catch China in Hypersonics Race. **National Defense Magazine**. Disponível em:
<https://www.nationaldefensemagazine.org/articles/2023/2/17/aukus-partners-aim-to-catch-china-in-hypersonics-race>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ESG [Escola Superior de Guerra]. Elaboração de Cenários. In: _____. **Manual Básico: Método para o Planejamento Estratégico** (v. III). Rio de Janeiro: ESG, 2009.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Communiqué of the United States of America and the People's Republic of China**. Shanghai, February 27, 1972. Disponível em:
<http://www.taiwandocuments.org/communique01.htm>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Joint Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations between the United States of America and the People's Republic of China**. Beijing, January 1, 1979. Disponível em:
<http://www.taiwandocuments.org/communique02.htm>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Taiwan Relations Act: Public Law 96-8**, 96th Congress. Washington, DC, Jan. 1, 1979b. Disponível em:
<https://www.congress.gov/96/statute/STATUTE-93/STATUTE-93-Pg14.pdf> Acesso em: 05 dez.. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **United States-China Joint Communiqué on United States Arms Sales to Taiwan**. 1982. Disponível em:
<http://www.taiwandocuments.org/communique03.htm>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **The "Six Assurances To Taiwan"**. Washington, DC, July 1982b. Disponível em:
<http://www.taiwandocuments.org/assurances.htm>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). **Summary of the 2018 National Defense Strategy of The United States of America: Sharpening the american military's competitive edge**. Washington D.C: Department of Defense, 2018.

ENVALL, David. The Quadrilateral Security Dialogue: Towards an Indo-Pacific order?. **Australian National University Research Publications**, 2019. Disponível em:
<https://openresearch-repository.anu.edu.au/handle/1885/165930>. Acesso em: 13 jan. 2024.

FEDDERSEN, Gustavo Henrique. **As Estratégias Chinesas para Taiwan e seus impactos securitários no Pós-Guerra Fria**. 2020. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FENG, Liu. The Recalibration of Chinese Assertiveness: China's responses to the Indo-Pacific challenge. **International Affairs**, Volume 96, Issue 1, Pages 9–27, January 2020. Acesso em: <https://doi.org/10.1093/ia/iiz226>

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GIBBS, Samuel. Huawei beats Apple to become second-largest smartphone maker. **The Guardian**. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2018/aug/01/huawei-beats-apple-smartphone-manufacturer-samsung-iphone>. Acesso em: 23 dez. 2023.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. New York: Cambridge University Press, 1981.

GUSS. Location of Kinmen, Matsu and Wuciou, Based on MainlandChina.png by Alan Mark. In: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia**. San Francisco, Oct. 22, 2007. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_islands_of_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou.png. Acesso em: 09 dez. 2023.

GWADERA, Zuzanna. US approves the sale of Tomahawk cruise missiles to Japan. **The International Institute for Strategic Studies**. 2023. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/missile-dialogue-initiative/2023/12/us-approves-the-sale-of-tomahawk-cruise-missiles-to-japan/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

HALL, John Whitney. **El Império Japonés**. Cidade do México: Siglo XXI, 1985.

HAO, Yufan; Zhai, Zhihai. China's Decision to Enter the Korean War: History Revisited. **The China Quarterly**. Cambridge University Press, No. 121, p. 94-115, Março, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/654064>. Acesso em: 27 nov. 2023.

HATOYAMA, Yukio. **Japan's New Commitment to Asia Toward the Realization of an East Asian Community**. Address by H.E. Dr. Yukio Hatoyama, Prime Minister of Japan. Kantei, Singapura, 15 de Novembro de 2009a. Disponível em: https://japan.kantei.go.jp/hatoyama/statement/200911/15singapore_e.html. Acesso em: 04 jan. 2024.

HATOYAMA, Yukio. My Political Philosophy: The Banner of Party Politician Ichiro Hatoyama. **The Wall Street Journal**, 3 de setembro de 2009b. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB125198761369983445>. Acesso em: 04 jan. 2024.

HERZ, John. Idealist Internationalism and the Security Dilemma. Cambridge University Press. **World Politics**, v. 2, no. 2, p. 157-180, Jan, 1950.

HEUER, Richards J. Jr; PHERSON, Randolph H. Scenarios and Indicators. In.: _____. *Structured Analytic Techniques for Intelligence Analysis*. Washington: CQ Press, 2011.

HO, Ming-Sho. The Activist Legacy of Taiwan's Sunflower Movement. **Carnegie Endowment for International Peace**. August 02, 2018. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2018/08/02/activist-legacy-of-taiwan-s-sunflower-movement-pub-76966>. Acesso em: 04 jan. 2024.

HSIEH, John Fuh-sheng. Taiwan's 2016 Elections: Critical elections?. **American Journal of Chinese Studies**, v. 23, no. 1, p. 9-23, 2016.

IISS. The International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance**. The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. London: Routledge, 2016.

IISS. The International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance**. The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. London: Routledge, 2017.

IISS. The International Institute for Strategic Studies. **The Military Balance**. The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. London: Routledge, 2023

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Japan-China Summit Meeting**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2017. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page4e_000636.html. Acesso em: 04 jan. 2024.

JAPÃO. Ministry of Foreign Affairs. **Prime Minister Abe Visits China**. Tóquio: Ministry of Foreign Affairs, 2018. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/a_o/c_m1/cn/page3e_000958.html. Acesso em: 04 jan. 2024.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 4 ed. Glenview: Pearson Education, 2012.

KHAN, Saif M. et al. The Semiconductor Supply Chain: Assessing National Competitiveness. **Center for Security and Emerging Technology**, Janeiro, 2021. Disponível em: <https://cset.georgetown.edu/publication/the-semiconductor-supply-chain/>. Acesso em: 09 dez. 2023.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KOSAKA, Tetsuro. **China's military reorganization could be a force for destabilization**. Nikkei Asia, 2016. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/China-s-military-reorganization-could-be-a-force-for-destabilization>. Acesso em: 29 de jul. de 2023.

KREPINEVICH, Andrew. **Why AirSea Battle?**. Washington D.C: CSBA, 2010.

KREPINEVICH, Andrew. The Big One: Preparing for a long war with China. **Foreign Affairs**, v. 103, no. 1, jan/fev, 2024.

KREPINEVICH, Andrew. **Archipelagic Defense 2.0**. Hudson Institute, 2023. Disponível em: <https://www.hudson.org/archipelagic-defense-2-taiwan-china-japan-australia-deterrence-us-navy-andrew-krepinevich-jr>. Acesso em: 05 dez. 2023.

KREPINEVICH, Andrew; WATTS, Barry; WORK, Robert. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington D.C: CSBA, 2003.

LANGLEY, David J. et al. The Internet of Everything: Smart things and their impact on business models. **Journal of Business Research**, [s. l.], v. 122, p. 853-863, Janeiro, 2021.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S014829631930801X?via%3Dihub>. Acesso em: 09 dez. 2023.

LAWDER, David. US public debt tops \$34 trln as Congress heads into funding fight. **Reuters**. 2024. Disponível em:

<https://www.reuters.com/world/us/total-us-public-debt-tops-34-trillion-congress-heads-into-funding-fight-2024-01-02/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIU, Henry C. K. **US-China: Quest for Peace – Korea: Wrong War, Wrong Place, Wrong Enemy**. Independent Critical Analysis and Commentary, 2004. Disponível em: <http://henrykliu.com/page94.html>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LIU, Qianer. How Huawei surprised the US with a cutting-edge chip made in China. **Financial Times**. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/327414d2-fe13-438e-9767-333cdb94c7e1>. Acesso em: 23 dez. 2023.

LÜTHI, Lorentz M.. **The Sino-Soviet Split: Cold War in the Communist World**. Oxfordshire: Princeton University Press, 2008.

MAGNO, Bruno. **Revolução Nacional e Guerra Prolongada na China: Análise estratégica e operacional da segunda guerra sino-japonesa (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MAHNKEN, Thomas G. et al. **Tightening the Chain: Implementing a Strategy of Maritime Pressure in the Western Pacific**. Washington D.C: CSBA, 2019.

MARTINS, José Miguel Quedi. **Digitalização e guerra local: como fatores do equilíbrio internacional**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14405>. Acesso em: 03 de set. de 2023.

MARTINS, José Miguel Quedi; VISENTINI, Paulo Fagundes. A Longa Marcha da Revolução Chinesa. In: VISENTINI, P. F. (org.). **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

MEARSHEIMER, John J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W. Norton, 2001.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, v. 43, n. 4, p. 7–50, 2019.

MEARSHEIMER, John J. The Inevitable Rivalry: America, China, and the Tragedy of Great-Power Politics. **Foreign Affairs**, November/December, 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-10-19/inevitable-rivalry-cold-war>. Acesso em: 17 jan. 2024.

MEYSKENS, Covell. Third Front Railroads and Industrial Modernity in Late Maoist China. **Twentieth-Century China**, v. 40, n. 3, p. 238-260, 2015.

MILANI, Carlos R. S.; CARVALHO, Tassia C. O. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. **Estudos Internacionais: revista de Relações Internacionais da PUC Minas**, v. 1, n. 1, 29 abr. 2013.

MILLER, Chris. **Chip War: The fight for the world's most critical technology**. New York, NY: Scribner, 2022.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**: a política externa brasileira de 1935-1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MURAKAMI, Sakura. Japan makes record defence spending request amid tension with China. **Reuters**. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/business/aerospace-defense/japan-makes-record-defence-spending-request-amid-tension-with-china-2023-08-31/>. Acesso em: 27 dez. 2023.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: Estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 2 (118), pp. 201-218, abril-junho/2010.

NORONHA, Welber. **Drone multidomínio**: conciliando modernização e transformação. 2022. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/240279>. Acesso em: 9 dez. 2023.

O'GRADY, Siobhán; STERN, David L.; KHUODOV, Kostiantyn. With Western aid stalled, Ukrainian troops run low on artillery shells. **The Washington Post**. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/12/22/ukraine-ammunition-shortage-russia-war/>. Acesso em: 03 jan. 2024.

PAUTASSO, Diego; NOGARA, Tiago. S; UNGARETTI, Carlos Renato; PRESTES RABELO, Ana Maria. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Carta Internacional**, v. 16, n. 2, p. 1-23, , 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n2.2021.1122>. Acesso: 08 dez. 2023.

PARSCH, Andreas. **Martin SSM-A-1/B-61/TM-61/MGM-1 Matador**. Directory of U.S. Military Rockets and Missiles. 2006. Disponível em: <http://designation-systems.net/dusrm/m-1.html>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PAN, Che; CAO, Ann. How the latest US chip export controls exposed China's weak link in the semiconductor supply chain. **South China Morning Post**. 2023. Disponível em: <https://www.scmp.com/tech/tech-war/article/3239803/how-latest-us-chip-export-controls-exposed-chinas-weak-link-semiconductor-supply-chain>. Acesso em: 23 dez. 2023.

PEATTIE, Mark; DREA, Edward; VAN DE VEN, Hans. **The Battle for China**: Essays on the military history of the sino-japanese war of 1937-1945. Stanford, CA: Stanford University Press, 2011

PIKE, John. **First Taiwan Strait Crisis**. 2013. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm. Acesso em: 04 dez. 2023.

PIKE, John. **Second Taiwan Strait Crisis**. 2010. Disponível em: http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm. Acesso em: 04 dez. 2023.

POLLACK, Kenneth M. et al. **Which Path to Persia?**: Options for a new Strategy toward Iran. Washington: Brookings, 2009.

RESNICK, Evan. Defining Engagement. **Journal of International Affairs**, v. 54, no. 2, p. 551-566, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24357749>. Acesso em: 18 jan. 2024.

- RIBEIRO, Fernando. O aumento das tarifas norte-americanas de importações de aço e alumínio e seus impactos sobre o Brasil e o mundo. **Nota Técnica**, Online, v.1, n.12, p.1-25, mar. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8584>. Acesso em: 08 dez. 2023.
- ROBERTS, John A. G. **A History of China**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- ROSS, Robert S. The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: coercion, credibility and the use of force. **International Security**, Cambridge, 2000, p. 87-123.
- SAUNDERS, Phillip; WISEMAN, Joshua. **Buy, Build or Steal: China's quest for advanced military aviation technologies**. Institute for National Strategic Studies. Washington, DC: National Defense University, 2011.
- SAUNDERS, Phillip; DING, Arthur; SCOBELL, Andrew; YANG, Andrew; WUTHNOW, Joel. **Chairman Xi Remakes the PLA: assessing Chinese military reforms**. National Defense University Press, Washington, D.C., 2019.
- SENNES, Ricardo. **As mudanças na política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.
- SCHWETHER, Natália Diniz. Modelo Chinês de Força Futura: Mais especializados, ainda mais centralizados. **Análise Estratégica**. Centro de Estudos Estratégicos do Exército. Vol. 25 (3) Jun/Ago 2022.
- SIDDERS, Jack. The Slow-Motion Crisis in Commercial Real Estate. **Bloomberg**. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-11-06/how-home-working-interest-rates-tipped-commercial-property-into-crisis>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- SHARMA, Ashok. The Malabar Exercise Bolsters Quad Group Amid Growing Strategic Challenge in the Indo-Pacific. **Australian Institute of International Affairs**. 01 Setembro 2023. Disponível em: <https://www.internationalaffairs.org.au/australianoutlook/the-malabar-exercise-bolsters-quad-group-amid-growing-strategic-challenge-in-the-indo-pacific/>. Acesso em: 13 jan. 2024.
- SHILOV, Anton. TSMC's 3nm Journey: Slow ramp, huge investments, big future. **AnandTech**. 2023. Disponível em: <https://www.anandtech.com/print/18727/tsmcs-3nm-journey-slow-ramp-huge-investments-big-future>. Acesso em: 09 dez. 2023.
- SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **A Revolução Nacional na China: Entre a autarquia e a dependência**. 2023. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257472>. Acesso em: 07 de dez. 2023.
- TANGREDI, Sam J. Anti-Access Strategies in the Pacific: The United States and China. **US Army War College Quarterly: Parameters**. v. 49, no. 1, 2019. Carlisle, PA: USAWC Press.

TOW, William T. Sino-Japanese Security Cooperation: Evolution and Prospects. **Pacific Affairs**, v. 56, n. 1, 1983.

GURMAN, Mark. Apple's Complex, Secretive Gamble to Move Beyond China. **Bloomberg**. 2023. Disponível em:
<https://www.bloomberg.com/news/articles/2023-04-05/inside-apple-s-plan-to-move-iphone-production-from-china-to-india>. Acesso em: 24 dez. 2023.

TAY, Simon et al. Economic Cooperation Framework Agreement (ECFA): Domestic opportunities and challenges. **ISIS Focus**, no. 4, p. 6-9, abril 2011. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/resrep13494.3>. Acesso em: 03 jan. 2024.

UCHINANCHU. Location map of the Ryukyu islands (Nansei islands). In: WIKIMEDIA FOUNDATION. **Wikipedia**. San Francisco, 1 jun. 2006. Disponível em:
https://en.wikipedia.org/wiki/Ryukyu_Islands#/media/File:Location_of_the_Ryukyu_Islands.JPG. Acesso em: 10 dez. 2023.

UNITED STATES Department of Defense. **Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020**. Annual Report to Congress. Washington, D.C: Office of the Secretary of Defense, 2020.

UNITED STATES Department of Defense. **Military and security developments involving the People's Republic of China**. Annual Report to Congress. Washington, D.C: Office of the Secretary of Defense, 2023.

UNITED STATES Government Accountability Office. **DEBT LIMIT: Analysis of 2011-2012 Actions Taken and Effect on Delayed Increase on Borrowing Costs**. Washington, D.C: Government Accountability Office, 2012.

UNITED STATES. **The White House**. President Biden Announces the Build Back Better Framework. October 28, 2021. Disponível em:
<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/10/28/president-biden-announces-the-build-back-better-framework/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VÁZQUES, Gabriela M.; BERNARD, Prosper M.; BECERRIL-TORRES; Osvaldo U. Inversión en infraestructura del transporte: base para la implementación de la Iniciativa de la Franja y la Ruta. **México y la Cuenca del Pacífico**. v. 9, n. 26, maio-agosto de 2020, p. 21-39.

VERGUN, David. New EDCA Sites Named in the Philippines. **DOD News**. April 3, 2023. Disponível em:
<https://www.defense.gov/News/News-Stories/Article/Article/3350297/new-edca-sites-named-in-the-philippines/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Nova Geopolítica do Século XXI: O ressurgimento das potências terrestres na Eurásia**. In: GÓES, Guilherme Sandoval. *A Geopolítica da Energia no Século XXI*. Rio de Janeiro: Synergia, 2021.

WALTZ, Kenneth N. The Stability of a Bipolar World. **Daedalus**, v. 93, no. 3, p. 881-909, 1964.

WALTZ, Kenneth. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WANG, Jin; KONG, Dehang. Counter-Terrorism Cooperation Between China and Central Asian States in the Shanghai Cooperation Organization. **China Quarterly of International Strategic Studies**, v. 5, no. 1, p. 65–79, 2019.

WÜBBEKE, Jost et al. Made in China 2025: The making of a high-tech superpower and consequences for industrial countries. Berlin: **MERICS Papers on China**, No. 2, 2016.

WUTHNOW, Joel; SAUNDERS, Phillip. **Chinese Military Reforms in the Age of Xi Jinping: Drivers, Challenges, and Implications**. Washington D.C.: INSS, Center for the Study of Chinese Military Affairs, National Defense University, 2017.

XU, Shiquan. The 1992 Consensus: A Review and Assessment of Consultations Between the Association for Relations Across the Taiwan Strait and the Straits Exchange Foundation. **American Foreign Policy Interests**, v. 23, p.121-140, 2001.

YANG, Jie; TILLEY, Aaron. Apple makes plans to move production out of China. **The Wall Street Journal**. 2022. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/apple-china-factory-protests-foxconn-manufacturing-production-supply-chain-11670023099>. Acesso em: 24 dez. 2023.

YU, Ching-hsin. The Evolving Party System in Taiwan, 1995-2004. **Journal of Asian and African Studies**, v. 40, No. 1-2, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0021909605052947>. Acesso em: 05 dez. 2023.

ZIMMERMANN, Alessandra. **R&D Funding Breakdown: Chips and Science Act**. American Association for the Advancement of Science. August 26, 2022. Disponível em: https://www.aaas.org/sites/default/files/2023-01/CHIPS%20AAE.pdf?adobe_mc=MCMID%3D69209921711590814772918205876201604040%7CMCORGID%3D242B6472541199F70A4C98A6%2540AdobeOrg%7CTS%3D1701808990. Acesso em: 10 dez. 2023.

ZHANG, Yunling. China and the Regional Comprehensive Economic Partnership: An economic and political perspective. **ERIA Discussion Paper Series**, no. 434, Agosto, 2022. Disponível em: <https://www.eria.org/publications/china-and-the-regional-comprehensive-economic-partnership-an-economic-and-political-perspective/#>. Acesso em: 04 jan. 2024.